



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Cabele.  
Lh.  
S. Lopes.

**PRIMEIRA REUNIÃO DA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO, REALIZADA EM VINTE E NOVE DE ABRIL DE DOIS MIL E VINTE E DOIS -----**

**----- ATA NÚMERO TRÊS -----**

Aos vinte e nove dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e dois, pelas vinte e uma horas e quinze minutos, realizou-se na sede, sita na Rua Almirante Cândido dos Reis, número 12, na Sala da Assembleia Municipal de Montijo, a primeira reunião da primeira sessão ordinária da Assembleia Municipal de Montijo, sob a presidência da sua Presidente efetiva, Excelentíssima Senhora Catarina Marcelino Rosa da Silva, coadjuvada pelo Excelentíssimo Senhor Isidoro da Silva Santana, Primeiro Secretário e Excelentíssima Senhora Sandra Isabel Lopes, Segunda Secretária. -----

A Senhora **Presidente da Assembleia Municipal**, cumprimentou o Senhor Presidente da Câmara Municipal, a Vereação, os Senhores Deputados Municipais, os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia e o público presente. -----

Efetuada a chamada para a verificação das presenças, além dos mencionados, foram registados os seguintes **Deputados Municipais**: **PS** – Fernanda Fernandes, José António Caria, Mariana Parreirinha e António Carlos Ramos. **PSD** – Maria Ana Dias Neves, Pedro Nuno Vieira, Maria Teresa Tapadinhas Coelho, Isabel Grosso e Pedro Ilhéu. **CDS** – Carlos Umbelino Ferreira e Nuno Caetano. **CDU** – Francisco Salpico, Avelino Antunes, Elisabete Santos e Jorge Cordeiro. **BE** – Cipriano Pisco. **IL** – André Ribeiro. **CH** – Alice Seixas. -----

Ceder.  
[Handwritten signature]



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Foram ainda registados os seguintes **Presidentes de Junta**: -----

**Junta da União das Freguesias de Atalaia e Alto Estanqueiro/Jardia** – Luís Miguel Morais (PS); -----

**Junta de Freguesia de Canha** – Armando Piteira (PS); -----

**União das Freguesias de Montijo e Afonsoeiro** – Fernando Caria, (PS); -----

**União das Freguesias de Pegões** – Mário Rui Ferreira (PS); -----

**Junta de Freguesia de Sarilhos Grandes** – Dinora Caetano (CDU). -----

Solicitaram **substituição do mandato**, que foi apreciado e aceite pela Assembleia Municipal nos termos da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro: -----

**Deputado Municipal** – Ricardo Bernardes (PS), tendo sido substituído pela **Deputada Municipal**, Mariana Parreirinha. -----

**Deputado Municipal** – António Loureiro (CDS-PP), tendo sido substituído pelo **Deputado Municipal**, Nuno Caetano. -----

**Deputada Municipal** – Isabel Balreira (CDU), tendo sido substituída pelo **Deputado Municipal**, Jorge Cordeiro. -----

A **Câmara Municipal** esteve **representada** pelo Senhor **Presidente**. Presentes também os senhores **Vereadores**: Joaquim Correia (CDU), José Manuel Santos (PS), Ilídio Massacote (PSD), Sandra Magalhães (CDU) e João Afonso (PSD). -----

Constatada a **existência de quórum**, a Senhora **Presidente da Assembleia Municipal**, abriu o período destinado à **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**, de acordo com o artigo 34º do Regimento da Assembleia Municipal de Montijo. -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL.

Cedex  
Sb.  
H. J. J.

O público presente não interveio. -----

Foi submetida à aprovação a **Ata n.º 2 de 10 de dezembro de 2021**, tendo a mesma sido **aprovada por unanimidade**. -----

Em seguida a Senhora **Presidente da Assembleia Municipal**, declarou aberto o período de:

**ANTES DA ORDEM DO DIA**

A Senhora **Presidente da Assembleia Municipal**, disse que iríamos passar à discussão dos vários documentos que entraram na assembleia para ser discutidos no período antes da ordem do dia. São sete documentos, sendo que os dois documentos do PSD, duas recomendações, entraram na assembleia hoje não cumprindo a regra das quarenta e oito horas que está prevista no regimento. Disse também, que temos tido por prática, não recusar documentos para discussão, lembrando, no entanto, os senhores deputados, que seria desejável que a regra fosse cumprida. O seu objetivo é o de dar tempo a todas as bancadas para preparar a discussão, não termos que efetuar pausas na assembleia para que os documentos sejam lidos e no fundo, facilitar os trabalhos. -----

O Senhor **Deputado Municipal – Avelino Antunes (CDU)**, no uso da palavra, cumprimentou todos os presentes e disse: “Em relação a esta matéria, de facto, como a senhora Presidente referiu temos discutido sempre todos os documentos, independentemente, até da matéria a que se referem. Como é do conhecimento público nós votámos contra essa regra, mas, entendemos tentar

*Handwritten signatures in blue ink.*



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

fazer tudo para o seu cumprimento e acordámos entre nós, que quando havia matérias de uma grande importância, sem a possibilidade de se apresentar antes das quarenta e oito horas, far-se-ia, naturalmente a discussão. Foi consensual e é isso que se deve fazer. Não está em causa se estamos em condições ou não, do ponto de vista político, discutir as duas recomendações que foram hoje apresentadas, agora, tem alguma extensão que carece de uma apreciação mais profunda, não queremos dizer que nos opomos, mas devolvemos uma questão ao plenário, não se poderá, porque ainda vai haver mais uma série televisiva sobre o Colunato de Pegões, que naturalmente pode abrir mais o apetite para uma outra questão sobre esta matéria? Como também às questões da saúde, que são pertinentes, mas o que é aqui colocado, são conhecidas. Não querendo, da nossa parte, dizer que não estamos em condições de poder discutir os documentos, mas não queríamos deixar de referir isto". -----

A Senhora **Deputada Municipal – Fernanda Fernandes (PS)**, no uso da palavra, cumprimentou todos os presentes e disse: “Sobre esta matéria, efetivamente, eu subscrevo inteiramente aquilo que foi dito pelo senhor deputado Avelino Antunes. Na realidade, independentemente de saber quem vota a favor, quem vota contra, nós temos, neste momento, um regimento que está aprovado e que no seu artigo 37º, expõe claramente, que os documentos a deliberação, devem ser distribuídos, de maneira a chegarem aos diferentes grupos municipais, com quarenta e oito horas de antecedência, em relação à sessão prevista. Também é certo que temos feito várias exceções, e que entre nós, combinámos, em acordo de cavalheiros, que as pessoas iriam cumprir, mas era particularmente



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

*C. J. J. J.*  
*H.*  
*J. J. J.*

importante termos em conta o teor das matérias a tratar porque poderá haver matérias cuja importância e novidade não permitissem cumprir o prazo. -----

Deixem-me dizer-vos que, na minha bancada nunca incumprimos o prazo e quando, por algum motivo, verificamos que não temos condições de trazer uma matéria a ser distribuída, nós não a colocamos sob a forma de documento a deliberação, mas sob a forma de declaração política. Não deixamos de trazer a discussão ao órgão e ao plenário, mas cumprimos simultaneamente o regimento. Ora, sem querer ser fundamentalista do regimento, o que se passa é que, um regimento que não se cumpre, não é nada, já não é regimento, é uma letra morta. Não tem sido essa a nossa posição aqui, enquanto plenário e nas várias decisões que temos tomado, temos respeitado a letra e o espírito regimental. Também não estou a dizer que não estou disponível ou que a minha bancada não está disponível para aceitar a recomendação, só que quero veementemente sublinhar que isto não deve tornar-se efetivamente uso, e que se esta norma não é aceite pelo plenário, ou que não é tida como positiva, a maneira de contornar essa situação é naquilo que se está a fazer, que é um novo regimento, mas o que está no regimento é para cumprir. -----

Dizer só mais duas coisas, muito rapidamente. Eu estive a trabalhar ontem, até tarde, nos documentos, hoje fui trabalhar normalmente, como sou professora tenho o telemóvel desligado, não recebo emails privados durante o período em que estou a trabalhar, portanto quando cheguei a casa, às seis e meia da tarde, é que eu vi que tinha estas duas recomendações, obviamente que não pude lê-las e só as li quando me sentei aqui. Estamos em condições de discutir, se assim o plenário entender, mas necessitaremos de, nesse caso de cinco minutos de interrupção, que nós pretendíamos evitar, com esta norma regimental". -----

Cedee  
Hue



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

A Senhora **Presidente da Assembleia Municipal**, disse que não havendo mais nenhuma intervenção, nem qualquer oposição a colocar os documentos à discussão, e tendo a bancada do PS pedido cinco minutos de interrupção para ler os referidos documentos, propunha que se interrompesse a reunião de imediato.

**Assim, a reunião foi interrompida durante cinco minutos.** -----

Retomada a reunião, a senhora **Presidente da Assembleia Municipal**, informou que se iria discutir e votar, pela ordem, os documentos que entraram na Mesa.

A Senhora **Deputada Municipal – Alice Seixas (CH)**, no uso da palavra, cumprimentou todos os presentes e leu um **Voto de Pesar**, cujo teor a seguir se transcreve: “O CHEGA condena veementemente o massacre ocorrido em Bucha na Ucrânia, onde vários civis foram mortos. Um crime que serviu para mostrar ao mundo, os efeitos devastadores da guerra sobre o povo, sobre a liberdade de expressão na Rússia, e sobre os direitos humanos internacionais. -----

A soberania e a integridade territorial de todas as nações devem de ser respeitadas. -----

Assim como também se defende que o direito à vida é um direito inerente a todos os seres humanos. -----

Por tudo isto o CHEGA vem propor a esta assembleia que se faça um minuto de silêncio, por todas as vítimas de guerra”. -----





MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

*C. J. J.*  
*[Signature]*  
*[Signature]*

A Senhora **Presidente da Assembleia Municipal**, disse. “A proposta é para que se faça um minuto de silêncio pelas vítimas de guerra, não há aqui nenhum voto a fazer, mas eu ia pôr o minuto de silêncio à discussão”. -----

O Senhor **Deputado Municipal – Avelino Antunes (CDU)**, no uso da palavra, disse: “Senhora Presidente, nós entendemos que, em relação a esta matéria, até porque na parte final se pede um minuto de silêncio por todos os atos de guerra que deveria ser extensivo a todas as guerras já ocorridas ou que venham a ocorrer. Nesse sentido, porque gostaríamos, naturalmente de estar de acordo com isso, porque o faremos sempre e em qualquer circunstância, trata-se de vidas humanas, mas gostaríamos, de facto, e temos algumas propostas, caso o CHEGA, assim o entenda, que este **voto de pesar** seja extensivo a todos. ----- Vou então, passar a ler um **Voto de Pesar**, com o seguinte teor: “Condena-se os massacres ocorridos em todos os cenários de guerra, tendo ocorridos ou ocorram na Ucrânia, no Iraque, no Afeganistão, na Líbia e no Iémen, ente outros. ----- Crimes que mostram ao Mundo os efeitos devastadores das guerras sobre os povos e dos direitos humanos internacionais. ----- A soberania e a integridade de todas as nações devem ser respeitadas. ----- O direito à vida é um direito inerente a todos os seres humanos. ----- O apuramento indispensável cabal e rigoroso das situações relatadas dos crimes ocorridos, por parte de entidades efetivamente independentes, não pode alimentar versões que servem para justificar a escalada da guerra, mas para evitar situações que foram apresentadas como verdadeiras, que posteriormente foram confirmadas falsas e baseadas em operações de manipulação que serviam de

Co. de  
F. B.



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

pretexto aos EUA, como a existência de armas de destruição massiva no Iraque, que não se confirmaram, mas que conduziu à guerra no Iraque. -----  
Por tudo isto propõe-se que esta Assembleia reunida a 29 de abril de 2022 faça um minuto de silêncio por todas as vítimas de guerra”. -----

O Senhor **Deputado Municipal – Cipriano Pisco** (BE), no uso da palavra, cumprimentou todos os presentes e disse: “Eu não tenho nada contra um voto de pesar, mas isto não é um voto de pesar, é uma declaração política. Um voto de pesar tem um objetivo, é sobre um acontecimento, sobre uma pessoa, sobre várias pessoas e este voto de pesar é integrado no contexto político de análise política da situação. Queria só deixar isso claro”. -----

A Senhora **Deputada Municipal – Fernanda Fernandes** (PS), no uso da palavra, disse: “Nós, relativamente à questão de, se é um voto de pesar ou uma declaração política, não nos debruçamos sobre isso. De qualquer maneira, é sentimento comum, da minha bancada e penso que não só, pesar efetivo sobre os acontecimentos e as vítimas da guerra, na Ucrânia e em todas as guerras, portanto, para a nossa sensibilidade é que estas declarações se completam e que nós não temos nada contra que elas sejam votadas em bloco, ou que sejam tidas como uma só”. -----

A Senhora **Presidente da Assembleia Municipal**, disse que não havia qualquer proposta de deliberação, apenas que se faça um minuto de silêncio. -----





MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Cedex  
L  
J

**A ASSEMBLEIA MUNICIPAL FEZ UM MINUTO DE SILÊNCIO EM HOMENAGEM ÀS VÍTIMAS DA GUERRA.** -----

A Senhora **Deputada Municipal – Alice Seixas (CH)**, no uso da palavra, leu uma **Recomendação**, com o seguinte teor: “De acordo com o sentido de proximidade que procuro estabelecer com os munícipes, tenho recebido nos últimos dias, mensagens de consternação devido a problemas ocorridos nos transportes de ligação Montijo – Lisboa e Lisboa – Montijo. -----

As mensagens que me foram endereçadas referem-se à falta de carreiras de autocarros (TST) e barcos (TTSL) aos fins-de-semana, bem como do desajuste de horários face às necessidades reais dos utentes que os mesmos evidenciam nestes dois dias. Os relatos que recebi dão conta de sobrelotação do transporte rodoviário, apenas com carreiras de hora a hora, verificando-se a exclusão de passageiros apeados, com os constrangimentos profissionais e pessoais que isso comporta. -----

Neste sentido, gostaria de exortar o Executivo Camarário a encetar conversações com as empresas de transporte público, Transportes Sul do Tejo (TST) e Transtejo (TT), com o intuito de se tentar encontrar soluções de mobilidade, para os montijenses que necessitam de se deslocar para Lisboa aos fins-de-semana para as suas atividades profissionais ou pessoais. -----

Atendendo aos recentes aumentos dos combustíveis e ao quadro pós-pandémico em que o nosso país se encontra, em que se tem vindo a verificar o regresso às atividades profissionais em modo presencial, apelo ao Executivo Camarário que encete com celeridade estas conversações, de modo a serem disponibilizadas mais carreiras de transporte rodoviário e fluvial aos fins-de-semana”. -----

Cedem  
Sb.  
d. f. a. m.



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O Senhor **Deputado Municipal – Pedro Vieira** (PSD), no uso da palavra, cumprimentou os presentes e disse: “Quero só um esclarecimento, apesar da proposta, obviamente não vir articulada nesse sentido, perguntar se o CHEGA pretendia que a proposta fosse apenas uma recomendação ou se pretendia que ela fosse votada aqui na assembleia”. -----

A Senhora **Deputada Municipal – Alice Seixas** (CH), no uso da palavra, e em resposta ao senhor deputado disse: “Para o CHEGA não é muito importante que a proposta seja votada ou não. Sabemos perfeitamente qual é o resultado da votação, quando trazemos propostas ou recomendações para serem votadas, portanto, isso não é muito importante, mas se entenderem colocar à votação, eu concordo”. -----

A Senhora **Presidente da Assembleia Municipal**, disse que, para que a proposta fosse deliberada o texto tinha que ser ajustado, e sugeriu uma alteração ao último parágrafo, com a qual a senhora Deputada concordou. -----

Assim, o texto da **Recomendação** apresentada pela Senhora **Deputada Municipal Alice Seixas** ficou com a seguinte redação: -----

“De acordo com o sentido de proximidade que procuro estabelecer com os munícipes, tenho recebido nos últimos dias, mensagens de consternação devido a problemas ocorridos nos transportes de ligação Montijo – Lisboa e Lisboa – Montijo. -----

As mensagens que me foram endereçadas referem-se à falta de carreiras de autocarros (TST) e barcos (TTSL) aos fins-de-semana, bem como do desajuste de



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

C. J. J.  
[Handwritten signature]

horários face às necessidades reais dos utentes que os mesmos evidenciam nestes dois dias. Os relatos que recebi dão conta de sobrelotação do transporte rodoviário, apenas com carreiras de hora a hora, verificando-se a exclusão de passageiros apeados, com os constrangimentos profissionais e pessoais que isso comporta. -----

Neste sentido, gostaria de exortar o Executivo Camarário a encetar conversações com as empresas de transporte público, Transportes Sul do Tejo (TST) e Transtejo (TT), com o intuito de se tentar encontrar soluções de mobilidade, para os montijenses que necessitam de se deslocar para Lisboa aos fins-de-semana para as suas atividades profissionais ou pessoais. -----

Atendendo aos recentes aumentos dos combustíveis e ao quadro pós-pandémico em que o nosso país se encontra, em que se tem vindo a verificar o regresso às atividades profissionais em modo presencial, a Assembleia reunida em 29 de abril de 2022, propõe apelar ao Executivo Camarário, que encete com celeridade estas conversações, de modo a serem disponibilizadas mais carreiras de transporte rodoviário e fluvial aos fins-de-semana". -----

O Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, no uso da palavra, cumprimentou todos os presentes e, disse: “Quero tecer alguns comentários na substância daquilo que é colocado pelo CHEGA, e a substância é muito clara porque nós desde há cerca de dois anos, queria dizer isto também à assembleia, aliás todos os que cá estão desde o mandato anterior sabem, que o orçamento municipal começou a, obviamente, contemplar uma verba significativa, primeiro para o chamado Plano de Apoio à Redução Tarifária (PART), e depois mais tarde, no final do mandato anterior e início deste mandato, nos concursos para transporte

C. Silva  
H. Silva



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

público, que foram desenvolvidos já, e que vão entrar em vigor no próximo dia um de junho de 2022. Portanto, a esta recomendação obviamente, não temos nada a dizer, mas é preciso que nos termos que aqui apresenta, evidentemente, ela cumprir com os desígnios e com as ações a que ela própria apela, que é “a Câmara Municipal encetar ações no sentido de melhorar o transporte público”, e eu queria dizer à senhora deputada e a todos os deputados nesta assembleia, que nós fizemos mesmo isso e não fizemos dizendo que fazemos, fizemos porque existem atos, existem documentos, e existe também um orçamento, com um Plano Plurianual de Investimentos que prevê esse valor de investimento, aliás, que foi já votado por esta assembleia, no início deste mandato. Sei que nem todos votaram a favor e compreendo, mas a verdade é que esse desígnio de transporte público está colocado e é um desígnio que é transversal às diferentes forças políticas. Começou, como é evidente, pelo atual governo, aliás, o governo anterior com a colaboração dos municípios, numa célebre cimeira de 2018, entre as duas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto e onde se desenvolveu este mecanismo pelo Plano de Apoio à Redução Tarifária, quer isto dizer, passes mais baratos, felizmente para muitos dos cidadãos. Os referidos passes não custam hoje, mais que quarenta euros a cada um dos cidadãos. Esta é uma medida de grande alcance social, é também uma medida, como diz e muito bem, o CHEGA, de redução da dependência carbónica nos combustíveis fósseis e obviamente contribui para as alterações climáticas. Portanto, esta é uma medida que aparentemente, parece ser apenas uma redução, mas que claramente é uma medida com muitos efeitos e com uma radiação de efeitos, muito importante na nossa vida coletiva e em particular na nossa área metropolitana de Lisboa. Este é um elemento fundamental e é claramente no que nós designámos, aqui, na



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Cabe:  
J.F.  
J.F.

altura, no âmbito das competências municipais, que tem a ver apenas com o transporte rodoviário de passageiros. Felizmente, vamos ter agora, uma componente de mais autocarros, esperamos nós que venha beneficiar e minimizar essas dificuldades que a senhora deputada e muitos cidadãos, até de diferentes partidos, identificam, e que com este esforço da Câmara Municipal, do governo e também dos outros municípios de várias forças políticas, em conjunto, consigamos agora, ter uma oferta superior de transporte público. Está previsto um aumento de 30% a 40% nessa oferta, quer isto dizer que vamos ter mais carreiras e também mais frequência nas carreiras atuais, que esperamos que resolva grande parte dos problemas. Certamente que todos temos a noção de que não os iremos resolver totalmente, nem nunca ninguém poderá dizer, aqui nesta casa, que resolve os problemas todos, isso seria uma completa falácia. ----- Estamos também disponíveis, como já dissemos, para fazer ajustes que serão sempre necessários. -----

Senhora deputada, relativamente aos transportes de passageiros, a câmara já fez tudo aquilo a que apela, estando, nesse sentido, tudo concluído. -----

Quanto à questão que também coloca relativamente também a outra matéria, que não é competência municipal, mas que obviamente nos interessa, enquanto autarquia que tem em conta o bem-estar e a qualidade de vida das pessoas, e que é o transporte fluvial para Lisboa. É um transporte que também sofreu muitos cortes, muitas dificuldades, é uma questão que não é nova, já vem de há muitos anos, infelizmente. Temos procurado, junto da Transtejo, as melhores soluções, podemos até dizer, embora isso nos prejudique, que o Montijo é o menos prejudicado de muitos dos cais da margem sul, mas a verdade é que também nos prejudica significativamente. Nesse sentido, diligenciámos, há cerca



Cedex  
J.B.  
J.A.



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de dois ou três anos atrás, no mandato anterior, junto do governo da necessidade de reforço de novos navios para transporte fluvial e, como é público, todos sabemos que o governo lançou um concurso público, que numa primeira fase até teve algumas irregularidades e foi anulado, mas depois foi lançado um segundo concurso público para a compra de novos navios para a Transtejo. Até se fala muito que esses navios devem ter motorização amiga do ambiente, nomeadamente podem ser elétricos ou a gás natural, existe esse objetivo. ----- Portanto, para lhe responder com clareza às questões que aqui coloca, nós temos feito o nosso trabalho, e um trabalho efetivamente de procurar as melhores soluções para suprir as necessidades das populações. Penso que estamos no bom caminho e também porque esta assembleia, mesmo não votando favoravelmente os documentos previsionais, neste caso os documentos do orçamento e do plano anual de investimentos, nos deixou avançar e esse avanço é significativo para continuarmos a fazer o melhor em relação aos transportes públicos". -----

O Senhor **Deputado Municipal – Pedro Vieira** (PSD), no uso da palavra, cumprimentou os presentes e disse: “Relativamente a esta situação e à questão colocada pelo CHEGA, o que é que nos apraz dizer, que realmente há alguns acertos que é necessário fazer, prende-se essencialmente com as empresas, eu pedia que em vez de ficar com as empresas de transporte público e especificar que é os Transporte Sul do Tejo e Transtejo, deixaria todas, isto porquê? Porque os TST vão deixar de operar no Montijo, ao que parece, agora em junho e, portanto, eu faria em todas, sem especificar, isto concretiza todas as que operam



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

C.ber.  
F.B.  
J.F.M.

hoje e as que operarem no momento, em qualquer altura. Isto para ficar mais lato, o universo. -----

Depois, relativamente a estas questões, só retificar três coisas. De facto, a Câmara do Montijo neste momento, no seio da área metropolitana de Lisboa, está a resolver parcialmente, com as competências que tem e com o orçamento que tem despendido, a questão dos autocarros que vão integrar a Carris Metropolitana, que está a ser desenvolvida por todos os municípios, no entanto, as competências que assumiu para poder desempenhar essa tarefa, não resultou nada de uma coisa do governo de 2018, resultou do governo do Dr. Passos Coelho, que entregou essas competências aos municípios. Portanto, quando os governos, eu até me recordo porque era Vereador, que o senhor Presidente não gostou nada de receber essas competências, mas agora regozija-se porque está a exercer-las e bem, no seio da área metropolitana, portanto, quem está a exercer-las é a área metropolitana, é o conjunto dos municípios que se juntaram para resolver o problema, mas não exerceram a competência que foi entregue pelo governo do PSD, e bem, porque descentralizou um problema mais perto dos cidadãos, uma questão que o governo nacional não conseguia resolver para o País inteiro. Os governos que fazem descentralização, são governos que entendem que a mesma é benéfica para resolver determinados problemas da população. No futuro poderemos vir a ter outras competências descentralizadas, por exemplo na área da saúde, como algumas já estão e poderão vir mais, e noutras áreas também, é necessário que elas venham acompanhadas de verbas, como é óbvio. Os governos vão acompanhando essas situações com verbas outras vezes não com as verbas desejadas, mas os municípios também têm que encontrar maneiras de financiar essas competências, no seio, obviamente, dos contratos

Ceder  
H. F. F.



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL.

que negociam com as empresas que vão prestar esses serviços. O que me custa, é nós já andarmos a pagar há uma série de anos, uma prestação de um serviço que era supostamente para entrar em 2018, 2019 e agora 2022. -----

No que se refere aos barcos, realmente o Montijo não é o melhor concelho, eu até diria que é o pior, porque nos barcos, nós temos a estação dos barcos mais longe do centro da cidade e num sítio onde não mora ninguém, e nós temos que fazer no mínimo, três quilómetros para chegar à estação dos barcos. Temos que fazer essa distância para lá e para cá, porque, de facto, a estação dos barcos foi colocada pelo Partido Socialista, fora da cidade, e não foi arranjada nem dotada das condições de mobilidade necessárias. Está arredada do circuito urbano da cidade, a estrada do Seixalinho que é uma estrada municipal, a câmara recusa-se a requalificá-la, está à espera do suposto aeroporto que aí vem há cerca de dez anos. Recusa-se a requalificar a estrada, que é da sua competência e aí eu exorto o senhor Presidente a recuperar a estrada do Seixalinho, com passeios e com tudo aquilo que é necessário para aquelas pessoas, umas que trabalham e outras que se deslocam todos os dias para o seu local de trabalho ou para estudar. A estrada do Seixalinho não reúne condições. -----

Ainda mais uma coisa, realmente o senhor Presidente deveria e esta recomendação é importante porque diz aqui, "*estabelecer contactos com ...*", de facto, não vem barcos a gás, senhor Presidente, já está decidido, vêm barcos elétricos que já foram encomendados e, ao que diz o governo do Partido Socialista, vêm este ano, em 2022 e custa-me que o senhor Presidente não esteja a par das notícias. Se calhar deveria juntar-se com o Ministro das Infraestruturas para perceber o que é que foi contratado". -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

*Coelho*  
*P. Vieira*  
*J. Caria*

O Senhor **Deputado Municipal – José Caria** (PS), no uso da palavra, cumprimentou os presentes e disse: “Após a intervenção do senhor deputado Pedro Vieira e partindo da proposta de recomendação da senhora deputada do CHEGA, entendo dizer o seguinte: Através da Resolução do Conselho de Ministros nº 45/2011, de 10 de novembro, o Governo Passos Coelho e Paulo Portas aprovou o Plano Estratégico dos Transportes para o horizonte 2011-2015 no qual foram estabelecidas as linhas de orientação prioritárias para o sector, no referido período. -----

O PET determinou a importância de clarificar o papel do Estado no sector dos transportes e infraestruturas, definindo quatro domínios de atuação: coordenação estratégica, regulação, investimento e operação e exploração. -----

De acordo com os objetivos estabelecidos no PET, entendeu o XIX Governo constitucional que a responsabilidade pela prestação dos serviços públicos de transporte de passageiros deveria ser transferida para o sector privado. -----

O Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas estabeleceu, em abril de 2014, o início da segunda fase das reformas preconizadas no Programa do XIX Governo Constitucional, o governo de Passos Coelho e Paulo Portas, abertura à iniciativa privada das atividades de operação e exploração dos serviços públicos de transporte de passageiros prestadas por empresas públicas nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto. -----

Lembramos, entre outros, Sérgio Silva Monteiro que entrou para o Executivo de Passos Coelho e Paulo Portas em 2011, para ocupar o cargo de secretário de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, vindo da administração do banco de investimento da Caixa Geral de Depósitos. -----

C. de J. A.  
H. J. A.



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Foi responsável pela privatização de empresas como a ANA, TAP e CP Carga. Também tratou das subconcessões dos transportes públicos de Lisboa e do Porto (Carris, Metro de Lisboa, Metro do Porto). Deu a cara pelas renegociações das parcerias público-privadas rodoviárias, que envolveram os bancos. -----

Em 21 de julho de 2011 o Ministério da Economia confirmou que o governo ia comunicar às operadoras de transportes públicos que os bilhetes e passes sociais sofreriam um aumento médio de 15% em agosto de 2011. -----

Os anos políticos de 2014 e 2015 foram marcados por divergências de fundo sobre o tema da mobilidade e transportes coletivos na área metropolitana de Lisboa. -----

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 10/2015, de 6 de março (Governo do PSD e do CDS), determinou o início do processo de privatização da exploração dos serviços públicos de transporte pela Carris e Metro, através da subconcessão destes serviços. -----

O XIX Governo Constitucional (Governo do PSD e do CDS, Passos Coelho e Paulo Portas) manteve a sua decisão, assente numa inegável opção ideológica de desintegração do poder público de gestão das redes de transportes, e promoveu a assinatura, em 23 de setembro de 2015, dos contratos de subconcessão das redes de transportes da Carris e do Metro. -----

A apresentação e aprovação do Programa do XXI Governo Constitucional, este do PS/António Costa, com apoio parlamentar do PCP e do BE, consolidou outra evolução política para os Transportes. No documento assumia-se, inequivocamente, que os municípios são a estrutura fundamental para a gestão de serviços públicos numa dimensão de proximidade, pelo que seria alargada a sua participação no domínio dos transportes. -----





MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Coleu  
[Handwritten signature]

O Conselho de Ministros aprovou, em 7 de janeiro de 2016, a Resolução que designou os novos membros do conselho de administração do Metro de Lisboa, sob proposta dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e dos transportes. Esta mudança deveu-se a uma mudança na orientação política que vinha expressa no Programa do XXI Governo Constitucional PS, António Costa, que previa, em sentido contrário ao definido pelo anterior Governo do PSD e do CDS, o reforço das competências das autarquias locais na área dos transportes e a anulação das concessões e privatizações em curso dos transportes coletivos de Lisboa e Porto. -----

Consequentemente, esclarecia-se que o reforço das competências das autarquias locais na área dos transportes implicava a anulação das concessões e privatizações dos transportes coletivos de Lisboa e Porto. -----

Foi o reconhecimento pelo XXI Governo Constitucional PS, António Costa das competências das autarquias locais na gestão das redes de transportes nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, com a consequente anulação dos contratos de subconcessão das redes de transportes do Metro e da Carris assinados nos últimos dias do mandato do XIX Governo Constitucional do PSD e do CDS. -----

Importa, ainda, dizer que a Proposta 348/2018, aprovada pelo PS e pela CDU na reunião de Câmara do dia 7 novembro mereceu o voto contra do PSD". -----

O Senhor **Deputado Municipal – Carlos Ferreira** (CDS-PP), no uso da palavra, cumprimentou os presentes e disse: “Esta questão trazida aqui pela recomendação do CHEGA à Câmara Municipal, achamos que, mais importante do que a forma é o conteúdo. De facto, nestes termos que dizem respeito às

Ceder  
H.  
H.



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

necessidades dos munícipes e queixas, faz sempre todo o sentido virem a esta assembleia, trazidas quer pelos partidos, quer pelos próprios queixosos. -----

Registei com muito agrado as explicações dadas pelo senhor Presidente da Câmara, relativamente a este tema e todas as diligências que já tomou e que tem em negociação, mas, na realidade, esta questão da quantidade e qualidade dos transportes, não é só ao fim-de-semana e não é só para a capital. Este tema é, de facto, muito oportuno, porque também, transportes rodoviários públicos de Montijo para Canha e para Pegões, retirados na altura da Pandemia, alguns não foram repostos e estando agora o modelo de exploração deste serviço público a ser renegociado ou já tendo sido renegociado e entrando brevemente em exploração, obviamente que tudo o que é novo, requer uma adaptação, uma aferição e o que se pede, e eu penso que o mérito desta recomendação da deputada Alice Seixas, passa por-aí, por alertar que é necessário continuar, de uma forma muito atenta, no início deste processo, a aferir e tentar corrigir, nomeadamente aquilo que tem estado errado ao longo dos anos, que é precisamente a falta de transportes, nomeadamente para Canha, ao fim-de-semana e que era importante reforçar. -----

Por outro lado, queria também dizer aqui ao senhor deputado Caria, que se o governo Socialista tivesse aceite propostas do CDS, hoje teríamos também empresas privadas a fazer o transporte fluvial e não faltariam barcos, nem ao fim-de-semana, nem durante a semana, quando os barcos públicos estão em greve. Portanto isto, na realidade o que o povo precisa é de passar para o outro lado, é chegar ao seu destino, a forma como o faz, é um pouco indiferente e cabe-nos a nós ter a responsabilidade de garantir que o serviço é prestado e que está disponível". -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

C. J. Caria  
[Handwritten signature]

O Senhor **Deputado Municipal – José Caria (PS)**, no uso da palavra, disse: “Eu começava com uma referência à intervenção do senhor deputado do CDS, para lhe dizer o seguinte: “O transporte fluvial foi assinado pela Transtejo no dia 29 de janeiro de 2021, o contrato de fornecimento de dez navios com o estaleiro asturiano GONDAN, S.A. decorrente do concurso público internacional lançado em fevereiro de 2020. A adjudicação decorreu de concurso público internacional, o maior até hoje, a nível mundial e tem o valor global de cinquenta e dois milhões e quatrocentos mil euros. O governo do Partido Socialista aprovou a despesa no âmbito do Plano de Renovação da Frota da Transtejo. -----

Seguidamente queria dizer, ainda sobre a proposta de recomendação do CHEGA, o seguinte: Em 2 de março de 2016, e 2 de maio de 2016, respetivamente, a Câmara Municipal de Montijo e a Assembleia Municipal de Montijo aprovaram a Minuta de Protocolo (entre a Câmara e a AML) de Delegação de Competências dos Municípios na Área Metropolitana de Lisboa relativas ao Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros aprovado pela Lei n.º 52/2015, de 9 de junho. -----

Em 18 de março de 2019 foi celebrado o contrato Interadministrativo de Delegação e Partilha de Competências entre o Estado Português e a Área Metropolitana Lisboa. -----

O Município do Montijo, no limite das suas capacidades de intervenção, tem tido uma postura de incessante defesa da melhoria do transporte junto dos operadores e das autoridades competentes. -----

Pela primeira vez na história do concelho, este Executivo municipal do Partido Socialista, o Município do Montijo, assumiu um investimento histórico na melhoria dos transportes públicos, que corresponde ao maior esforço financeiro

Cedra  
H.  
H.



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL.

da AML: cerca de 1,3 milhões de euros por ano para contribuir para o financiamento da redução tarifária, do serviço prestado e do novo serviço. No ano de 2021 foram cerca de 1.344.700,00 euros. -----

O Presidente da Câmara do Montijo, representando o Município, assinou, estando presente, divulgou e pôs em prática, a Declaração da Cimeira das Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto (Documento público) realizada em 20 de março de 2018, no Palácio Nacional de Queluz, em Sintra. -----

No concelho do Montijo, a nova rede de serviço público rodoviário será constituída, pensamos nós, por 62 novas carreiras e 237 novas viaturas, o que representa um acréscimo significativo na oferta de transporte público, garantindo melhores carreiras e ligações aos utentes, aos munícipes. -----

Assim sendo a Proposta é, em nossa opinião, intempestiva - não vem no tempo devido. Vem fora do tempo próprio". -----

O Senhor **Deputado Municipal – Avelino Antunes** (CDU), no uso da palavra, disse: “Senhora Presidente, não percebi se inicialmente se vai contar o tempo aos grupos políticos que têm para ler Moções e outros documentos, dado o tempo e o número de documentos que há e para percebermos qual é o conteúdo político que vamos ter aqui na discussão. -----

Apenas referir uma questão, acho que nós devemos ser benévolos nalgumas coisas, mas temos que ter em atenção, que qualquer deputado tem o direito de fazer uma recomendação, agora, essa recomendação não pode, quando não faz referência à Assembleia Municipal, estar a ocupar tempo da Assembleia Municipal. Quero dizer isto claramente, qualquer membro desta assembleia faz uma recomendação, se a assembleia não delibera a recomendação, porque



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

*C. Silva*  
*[Signature]*  
*[Signature]*

“carga d’água”, faz perder o escasso tempo que temos. Havia mais algumas questões que gostaria de dizer, mas dado o tempo que é limitado não faço, mas senhora Presidente isto não pode acontecer, não me quero intrometer na direção, naturalmente, dos trabalhos, mas não poderia deixar de chamar a atenção para isto. Nós não deliberamos e demoramos este tempo todo a discutir? E a senhora deputada tem o direito de fazer as recomendações que entende, não é para deliberar”. -----

A Senhora **Presidente da Assembleia Municipal**, disse: “Senhor deputado, em primeiro lugar responder-lhe que a leitura dos documentos não conta para os tempos, apenas a discussão dos mesmos, conta. -----

A outra questão é, esta proposta do CHEGA vai ser deliberada, porque a senhora deputada alterou a redação e, portanto, o final deixou de ser como estava e passou a ser, *“a Assembleia reunida em 29 de abril de 2022, propõe apelar ao Executivo Camarário, que encete com celeridade estas conversações, de modo a serem disponibilizadas mais carreiras de transporte rodoviário e fluvial aos fins-de-semana”*, portanto vai ser deliberada”. -----

**DELIBERAÇÃO DA RECOMENDAÇÃO APRESENTADA PELO CH:** Aprovada por maioria com 14 votos a favor (5 do PSD, 5 da CDU, 2 do CDS-PP, 1 do CH e 1 do BE), 11 votos contra do PS 1 abstenção da IL. -----

A Senhora **Deputada Municipal – Fernanda Fernandes (PS)**, no uso da palavra, leu uma **Declaração de Voto**, cujo teor abaixo se transcreve: -----



Cedex  
J.F.  
J.F.



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

“O voto dos eleitos no Partido Socialista pondera e reafirma a nossa DEFESA POR TRANSPORTES PÚBLICOS DE QUALIDADE. -----

Não podemos, porém, aprovar a presente recomendação, pois esta mostra-se intempestiva e desfasada em relação ao tema e recentes acontecimentos: -----

Tendo em conta que: -----

O Município do Montijo é um dos 18 municípios que integra a operação da Carris Metropolitana que permitirá aumentar o serviço de transporte rodoviário em cerca de 35 %, na Área metropolitana de Lisboa; não é possível ignorar este processo, pois os respetivos custos integram o orçamento da Câmara que já foi aprovado nesse órgão e na Assembleia Municipal. -----

Esta operação está em implementação imediata, iniciando-se a circulação dos novos autocarros e carreiras, no concelho do Montijo, já no próximo dia 1 de junho, conforme declarou o senhor Presidente da Câmara, Nuno Canta, na reunião de Câmara do passado dia 6 de abril. -----

A Carris Metropolitana vem substituir integralmente os 'velhos' (muitas vezes em sentido próprio) autocarros TST em circuitos urbanos e interurbanos, incluindo Montijo-Lisboa e Lisboa-Montijo, aumentando o número de carreiras, as condições de conforto e o cumprimento de horários. -----

Relativamente aos percursos fluviais, a cargo da TRANSTEJO-SOFLUSA, esta não é, como se sabe, competência camarária, mas sim governamental, embora o executivo socialista se tenha desdobrado em iniciativas no sentido de sensibilizar a empresa para o cumprimento das suas obrigações e respostas positivas aos utente. Note-se ainda que no Orçamento de Estado se prevê a entrada em funcionamento de novos barcos e aumento do número de carreiras, a concretizar ainda neste ano de 2022”. -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ceder.  
S.  
H.

O Senhor **Deputado Municipal – Avelino Antunes (CDU)**, no uso da palavra, fez a seguinte **Declaração de Voto**: “Nós votámos favoravelmente esta proposta, embora saibamos aquilo que foi aqui dito sobre o que foi conseguido em termos do passe para a área metropolitana de Lisboa e, de facto, todos aqueles que se juntaram a nós, embora tarde, foram bem-vindos, ao contrário daquilo que aqui foi colocado inicialmente. Existe muito mais a fazer, os reformados devem ter um passe gratuito, etc., mas a questão de fundo, que nos leva a votar favoravelmente, é que efetivamente, também se trata aqui dos barcos, e ao fim-ao-cabo, trata-se de uma situação e de uma necessidade que nunca é demais referir. Portanto, foram dados passos gigantes, que reconhecemos, em relação à mobilidade, nos transportes, mas importa dar outros, que são necessários e importa também tomar medidas em relação aos barcos. Nós entendemos que é necessário que haja barcos, incluindo os fins-de-semana, tendo em atenção os custos, tendo em atenção se se trata de um direito das populações ou de um negócio com o qual alguém possa vir a lucrar desse direito, no que diz respeito à deslocação. Também consideramos esse aspeto”. -----

O Senhor **Deputado Municipal – Pedro Vieira (PSD)**, no uso da palavra, fez a seguinte **Declaração de Voto**: “O PSD votou favoravelmente esta proposta porque ela constitui um alerta para um caminho que ainda mal começou. Ainda nem chegaram os transportes das entidades que estão contratadas pelo município e necessitamos de começar esse caminho com uma exigência, o aprofundamento que é necessário e ao qual a câmara não pode estar alheia, de relação com as diversas entidades que prestam serviços de transporte e com as necessidades da população”. -----

Ceder  
[Handwritten signature]



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O Senhor **Deputado Municipal – Jorge Cordeiro** (CDU), no uso da palavra, cumprimentou todos e leu uma **Moção**, intitulada **Comemorar Abril, afirmar e valorizar o poder local democrático**, cujo teor abaixo se transcreve: -----

“Com o 25 de Abril revolveu-se a vida no País e, por isso mesmo, não há faceta ou pormenor que o resumam – a revolução foi, no seu desabrochar imediato, uma explosão de liberdade, é certo, mas que não perduraria se, de imediato nuns casos, noutros a breve trecho, não imprimisse em todos os demais aspetos da vida a marca que lhe garantiu e garante sustentação. -----

Às operações programadas e depois executadas, na madrugada, pelos Capitães de Abril (grupo de militares em que predominava a patente de capitão) e que desarmaram o regime opressor, associou-se a manhã de ruas e praças de gente, pessoas que ali e então se sentiram verdadeiramente cidadãos, com o poder efetivo de mudar o rumo do seu País. -----

E, gritando, exprimiram livremente o que pensavam. -----

Liberdade de pensamento e de expressão sim, mas também liberdade de organização e de luta. Luta por mais pão, luta por saúde, educação e justiça para todos. Com avanços e recuos, melhores ou piores resultados, mas sempre em confronto com as ideias e as práticas do passado e quase sempre em rutura total com elas. -----

Assim, comemorar Abril exige afirmar o que a Revolução representa e expressa enquanto processo libertador com profundas transformações na sociedade portuguesa e um dos mais altos momentos da vida e da história do povo português e de Portugal. -----

Comemorações em que é imperativo não deixar submergir o que ela foi e representou na avalanche interpretativa dos que lhe negam a sua natureza,



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Cadei:  
[Handwritten signature]

alcance e características ímpares. Celebrar Abril é evidenciar o que foi o fascismo e combater o seu branqueamento, é destacar a luta antifascista, pela liberdade e a democracia. Celebrar Abril é assinalar o seu sentido transformador e revolucionário, não rasurar a memória coletiva que o envolve, afirmar o caminho que o tornou possível, rejeitar as perversões e falsificações históricas, denunciar os que o invocam para o amputar do seu sentido mais profundo, sublinhar o que constitui hoje de valores e referências para um Portugal desenvolvido e soberano que décadas de política de direita têm contrariado. -----

Por mais que reescrevam, Abril foi uma revolução, não uma “evolução” ou “transição” entre regimes, um momento e um processo de rutura com o regime fascista, o derrube do fascismo e do que o suportava. -----

Abril foi possível porque é fruto de uma longa resistência antifascista, de uma abnegada dedicação à luta pela democracia e liberdade, com o custo da própria vida, de anos de prisão e exílio de muitos antifascistas e de uma intensa luta de massas da classe operária, da juventude, do povo. -----

Comemorar Abril, é assinalar e afirmar o Poder Local democrático como uma das suas conquistas. -----

Abril foi e é um processo libertador desde logo ao dismantelar e substituir os centros de poder em que a força e a ação do passado fascista assentavam. -----

Foi pela ação revolucionária e transformadora das populações que o aparelho fascista de administração local foi substituído por órgãos de poder provisórios, legitimados pelas populações, e, conseqüentemente, se desenhou um poder autónomo novo que veio a merecer consagração na Constituição da República. -

Comemorar Abril é defender e valorizar o poder local hoje ameaçado, pelo subfinanciamento, pela sua descaracterização por via da transferência de

Cedra  
H. H. H.



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

encargos, pela ingerência tutelar, pela instrumentalização que o reconduz, em parte, a mero executor técnico das opções de terceiros. -----

Comemorar Abril é exigir que se cumpra a Constituição e o que ela consagra e determina quanto à criação de regiões administrativas completando assim o edifício do poder local com o nível regional a par dos municípios e freguesias que está por cumprir. -----

Comemorar Abril é devolver ao povo as freguesias liquidadas contra a sua vontade, repondo a proximidade, participação e representatividade que elas materializam. -----

O Poder Local Democrático continua vivo e com energia bastante para resistir e se regenerar se essa for a vontade dos que, nos seus órgãos, se dedicam à causa pública e se souberem juntar-lhe as mil vontades dos cidadãos que representam.

A Assembleia Municipal de Montijo, reunida a 29 de abril de 2022, delibera: -----

1. Saudar o 48.º aniversário do 25 de Abril e o inestimável património de transformações económicas, sociais, culturais e políticas que o materializam; ----
2. Reafirmar o espírito de serviço público que, há 48 anos, animou aqueles que tomaram nas suas mãos a condução das políticas locais a benefício das populações e cuja ação deixou marca indelével no Poder Local; -----
3. Defender o Poder Local Democrático, a sua autonomia e capacidade de realização, reafirmando Abril em cada dia de trabalho e de luta; -----
4. Exigir a criação das regiões administrativas sem mais delongas e processos dilatórios". -----

A Senhora **Deputada Municipal – Fernanda Fernandes** (PS), no uso da palavra, disse: “Nós queríamos fazer aqui um apelo à CDU, duas palavrinhas que nós





MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Coelho  
J. P.  
J. P.

gostaríamos de ver alteradas e que eu passo a explicar para podermos vir a aprovar a vossa Moção. Na segunda página, onde diz “Comemorar Abril é devolver ao povo as freguesias liquidadas contra a sua vontade...”, a substituição da palavra liquidadas, por extintas, para não se utilizar um vocabulário tão bélico, nestes tempos em que nós fazemos todos os esforços para lembrar o valor da paz. Depois, na mesma página, na deliberação no ponto 1, quando dizem, “... transformações económicas, sociais, culturais e políticas ...”, acrescentar ambientais, ficaria assim: “transformações económicas, sociais, culturais, ambientais e políticas...”. Pensando que chegaremos a acordo sobre estas palavras, não há motivo nenhum para que isso não aconteça, o nosso voto será a favor”.

A Senhora **Deputada Municipal – Ana Dias Neves** (PSD), no uso da palavra, disse: “Evidentemente que os eleitos do PSD não poderão votar favoravelmente esta Moção, por diversas ordens de razão.

O 25 de Abril foi celebrado condignamente pelo Município no próprio dia, numa sessão solene em que estiveram presentes todos os eleitos autárquicos que o desejaram assim celebrar e durante a qual todos os partidos com assento na Assembleia Municipal produziram comunicações alusivas.

É uma data fundacional da contemporaneidade portuguesa. Muito aconteceu desde então, de bom e de mau, tal como muito aconteceu antes, de bom e de mau, desde a fundação da nacionalidade.

Mas para justificar pretensões de reorganização do mapa de freguesias, ou para clamar pela imediata regionalização do país, não descortinamos a que propósito

Ceder  
L  
H



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

se insiste na estafada “cassete” que já faz parte do folclore comunista associada ao 25 de Abril. -----

As questões da divisão administrativa do país sempre oscilaram entre o bem da proximidade da ação política às necessidades das populações e o mal do caciquismo, clientelismo e corrupção locais. -----

As regiões administrativas, se vierem a existir, não se poderão tornar um novo patamar burocrático entre poder local e central, com a duplicação do emprego público, a triplicação das despesas de funcionamento, a multiplicação de procedimentos. -----

A razão para a existência de regiões noutros países europeus tem uma raiz histórica, ao contrário de Portugal: temos uma só história, falamos uma só língua e as diferenças culturais não nos separam: temos um Estado-Nação felizmente. - Vantagens existirão, mas só o povo, em referendo, as poderá ou não sufragar. Esta moção esquece, muito a propósito, o artigo 256.º da Constituição. -----

Talvez o Partido Comunista pretenda, afinal e apenas, pela multiplicação de órgãos do poder local, não desaparecer do espectro político, como parece ser a tendência inelutável, veja-se o número residual de deputados que conseguiu eleger para a Assembleia da República, veja-se a reação da opinião pública perante o apoio dado recentemente ao ditador russo na invasão da Ucrânia. Poderia talvez, usar a sua retórica sobre o 25 de Abril para comparar, ponderar e quem sabe, corrigir, essas suas repugnantes posições. -----

Mas esta moção acaba por ser deslocada e inoportuna, pelo que votaremos contra”. -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Cebu.  
[Handwritten signature]

A Senhora **Deputada Municipal – Alice Seixas (CH)**, no uso da palavra, disse: “A Moção menciona que com o 25 de Abril resolveu-se a vida no País, passando a imagem de que tudo foram cravos e rosas e não é verdade, houve muitos espinhos também. Lembro a expropriação das terras e casas no Alentejo, e não só. Entre março e novembro de 1975, mais de um milhão de hectares foram ocupados e grande parte dos expropriados, nunca chegaram a receber a indemnização que constava na lei. -----

Quando a CDU afirma que comemorar Abril é exigir que se cumpra a constituição, tenho pena que na altura não tivessem feito tanta questão que a constituição se cumprisse. Com o fim da reforma agrária, o que aconteceu com as herdades que nunca foram devolvidas aos seus proprietários e os mesmos também que nunca viram qualquer indemnização, onde é que anda todo esse património? -----  
Dizer também que o CHEGA vota contra esta Moção”. -----

A Senhora **Deputada Municipal – Fernanda Fernandes (PS)**, no uso da palavra, disse: “Uma breve nota, que é a seguinte: em meu nome e em nome da minha bancada, quero declarar que consideramos negativo e desnecessário a utilização do discurso do ódio, que também vai fazendo aqui o seu percurso e os seu caminho, nomeadamente, quando o PSD se refere às posições da CDU, que são tão legítimas como a democracia permite que sejam, como repugnantes. Abominamos este tipo de terminologia, seja em relação ao que quer que for e a que partido for, não é necessário para o debate político, introduz o ódio, onde não é preciso ódio, a polémica não é ódio”. -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

A Senhora **Deputada Municipal – Ana Dias Neves** (PSD), no uso da palavra, disse:  
“Senhora deputada, em resposta à sua intervenção mais recente, gostaria de deixar registado que ouvi da parte da sua bancada, numa última assembleia, chamar “aleivoso”, numa intervenção do deputado Pedro Vieira”. -----

O Senhor **Deputado Municipal – Avelino Antunes** (CDU), no uso da palavra, disse:  
“Só quero colocar duas questões. É evidente que se nota uma onda neste País, faltará brevemente a injeção atrás da orelha às crianças com menos de sete anos e também aos velhotes com mais de sessenta anos, pouco falta para isto. De facto, isto é um folclore. É um folclore anti Abril, anticonstitucional, porque quando se coloca, numa sessão da Assembleia Municipal, por pessoas que do ponto de vista académico têm outras obrigações, que o folclore comunista está ligado ao 25 de Abril, porque fala na regionalização, é de facto, não ler o que está na Constituição da República Portuguesa, é de facto, dizer que o que está aqui, é folclore, e não é. -----

A outra questão é que esta provocação do apoio ao ditador Putin, que fique muito claro, o Putin não tem nada a ver com a esquerda, é um homem de direita, é da vossa área, o problema é vosso. Nunca teve apoio nenhum, o que nós não subestimamos, não alteramos as coisas, sabemos aquilo que está a fazer e estamos contra, agora, também estamos contra aquilo que se passou em 2014 e ao alargamento da NATO com os Estados Unidos da América, para o pensamento único. É outra questão e é disso que se trata, não vale a pena vir aqui com outras coisas que não passam de meras provocações”. -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ce...  
H.  
J.P.

O Senhor **Deputado Municipal – Carlos Ferreira (CDS-PP)**, no uso da palavra, disse: “O CDS regista o texto da **Moção - Comemorar Abril, afirmar e valorizar o poder local democrático**. É uma Moção muito bem escrita e foi muito bem-apresentada, no entanto é uma Moção que nos obriga a votar contra, apenas e só pelo motivo de que defende a regionalização, que nós não defendemos. Portanto, esta é uma Moção para comemorar o 25 de Abril, mas ao mesmo tempo, como é hábito, aproveitam para colocara outras agendas. Nós compreendemos que defendam a regionalização, não concordamos e em liberdade de pensamento e de expressão como muito bem escrevem, aqui o expressamos. -----

A proliferação de cargos políticos que a regionalização obriga, para quem já fez as contas ou comparou com outras realidades, implica o aparecimento de muito mais despesa para o erário público, em cargos, em tachos. Nós, neste momento, somos o décimo segundo país do mundo com maior dívida pública, nós não temos dinheiro para brincar á política. Temos que otimizar os recursos administrativos que temos e temos que ser competentes e gerir bem. A nossa Constituição, que está carregada de ideologia, que a sua declaração de comemoração também está, precisa de se adaptar ao futuro de Portugal, precisa de permitir que Portugal seja mais competitivo, mais produtivo e deixar de ser este décimo segundo do mundo com maior dívida pública, esperemos que isso seja possível brevemente”. -----

O Senhor **Deputado Municipal – Pedro Vieira (PSD)**, no uso da palavra, disse: “Eu pedia para se debruçarem sobre a leitura do Ponto 4, “*Exigir a criação das regiões administrativas sem mais delongas e processos dilatatórios*”. Como é que nós, Assembleia Municipal, eleita, de acordo com a lei, podemos exigir a criação de



Cedra  
H  
H



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

regiões administrativas se, de acordo com o artigo 256º da Constituição da República, diz que “o voto favorável expresso pela maioria dos cidadãos eleitores que se tenham pronunciado em consulta direta...”, como é que nós, aqui eleitos com uma determinada finalidade, que é tomar conta do nosso concelho, como é que nós nos arrogamos a substituirmo-nos à vontade do povo, em eleições? Como é que a CDU que é um partido democrático, está aqui eleita pelo povo e se apresenta às urnas, como é que a CDU, eleita pelo povo do Montijo, se arroga de substituir uma norma na Constituição, que determina que os eleitores têm que participar mediante a realização de um referendo para a regionalização? Nós não podemos exigir, nós podemos recomendar, podemos solicitar, agora exigir, eu acho que é um ato difícil, uma vez que nós não temos competência para exigir nada”. -----

O Senhor **Deputado Municipal – José Caria (PS)**, no uso da palavra, disse: “Vou ser muito rápido, porque penso que esta matéria, à semelhança da história recente, virá muito brevemente, a discussão pública nacional. -----

Não me admiro da intervenção que fez o senhor deputado do CDS, porque já estou à espera que, com um crescendo de ambição, as forças da direita, se deem ao luxo de, em todos os órgãos onde têm assento e onde têm a palavra, pressionarem contra a Constituição da República que existe, para tentar alterá-la, modificá-la, no sentido contrário ao espírito do 25 de Abril, e lembro que o CDS, coerente, como sempre, votou contra a Constituição da República Portuguesa, aquando da sua aprovação na Assembleia da República. -----

Sobre a regionalização, quero deixar expresso, que infelizmente, na minha opinião pessoal, são muitos os anos em que a Constituição apela à regionalização



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Cebu  
LF  
S. Silva

e que ainda não foi cumprida, é um desígnio de Abril a que brevemente teremos a oportunidade, todos, de discutir mais profunda e amplamente, do ponto de vista nacional, e veremos o que é que o povo fará perante as iniciativas que irão ter lugar no País”. -----

A Senhora **Deputada Municipal – Alice Seixas (CH)**, no uso da palavra, disse: “Em resposta ao senhor deputado do Partido Socialista, que acabou de se pronunciar, o CHEGA como força política de direita, a única coisa que pretende relativamente à Constituição, é devolver-lhe a dignidade”. -----

O Senhor **Deputado Municipal – Avelino Antunes (CDU)**, no uso da palavra, disse: “Senhora Presidente, quando nos referimos *às delongas e sem mais demoras*, é naturalmente, no cumprimento da Constituição, porque não fazemos como outros, que na outra vez puseram no congelador a regionalização, violando princípios da própria Constituição. Isso, nós não o fazemos, mas dizemos que devemos avançar sem mais delongas e demoras, no estrito cumprimento da Constituição. -----

Já agora dizer que, nós não estamos aqui por especial favor, estamos aqui por força própria do voto e com legitimidade de termos contribuído, como muitos, e com o passado antifascista que custou a muita gente derrame de sangue, anos de prisão, para que hoje pudéssemos todos estar aqui. Isso, nem o senhor nem ninguém pode pôr em causa e tem que ter em atenção a forma como várias vezes se tem dirigido a nós, nesta assembleia, porque nós não fazemos isso a ninguém”.

*Cedra*  
*16*  
*16*



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

**DELIBERAÇÃO DA MOÇÃO APRESENTADA PELA CDU:** Aprovada com 17 votos a favor (11 do PS, 5 da CDU e 1 do BE), 9 votos contra (5 do PSD, 2 do CDS, 1 do CH e 1 da IL) e 0 abstenções. -----

O Senhor **Deputado Municipal – André Ribeiro** (IL), no uso da palavra, cumprimentou os presentes e leu uma **Declaração de Voto**, com o seguinte teor: “Após a análise da moção aqui apresentada pelo CDU, apresentamos o voto contra não por o tema da valorização do 25 de Abril não ser absolutamente pertinente, dada a importância incontornável que teve ao marcar o fim de um período que atentava declaradamente contra as liberdades individuais, mas por, além disto, apresentar palavras ocas, pouco esclarecidas e justificadas em relação ao que pretende o CDU, clara e distintamente, com este documento. -----

Não é perceptível e claro de que forma entende a CDU que o poder local democrático está ameaçado. Além disto, não é perceptível também de que se tratam as perversões e falsificações históricas, já que o que tem de veras acontecido, no nosso entender, é o branqueamento do comunismo e das catástrofes por este regime protagonizadas. Destacamos também a curiosidade e perplexidade que nos provoca a frase: «...sublinhar o que constitui hoje de valores e referências para um Portugal desenvolvido e soberano que décadas de políticas de direita têm contrariado». Quais políticas de direitas? Direita socialista com o PCP sempre na assembleia? -----

Será caso que se referem às políticas que se seguiram ao 25 de Novembro de 1975? Aquela tendência mais moderada de esquerda que pôs fim à criminalidade imposta pela esquerda radical que tinha em vista a conquista do poder e o reforço da transição para o socialismo marxista? -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ceder.  
[Handwritten signatures]

A CDU parece estar a pedir a esta assembleia que vote uma moção, encapotada de apologia à liberdade, que pretende contestar o facto de não vivermos hoje num regime comunista marxista como aquele que marcou a história da Rússia, história que o Putin neste momento pretende retomar". -----

O Senhor **Deputado Municipal – Pedro Vieira** (PSD), no uso da palavra, fez uma **Declaração de Voto**, cujo teor a seguir se transcreve: “O PSD vota contra a presente moção, porque ela não reconhece o voto livre do povo, quando no referendo realizado para a regionalização, votou contra e não reconhecer o alcance da Constituição e da liberdade de voto é não reconhecer os resultados das conquistas do 25 de Abril e sobretudo do 25 de Novembro”. -----

O Senhor **Deputado Municipal – Carlos Ferreira** (CDS-PP), no uso da palavra, apresentou uma **Declaração de Voto**, com o seguinte teor: -----  
“O CDS-Partido Popular no Montijo votou contra esta moção da CDU, pois não concordamos com a criação de novas regiões administrativas adicionais às duas que já existem em Portugal (Madeira e Açores), nem concordamos com a manifesta intenção de as criar sem respeitar as regras da democracia, tal como a CDU revela nesta moção quando levemente se lhes refere como sendo "delongas e processos dilatatórios". O que não surpreende ninguém e está em linha com a política autocrática e ditatorial de Vladimir Putin. -----  
Felizmente em Portugal, foram prontamente derrotados pela grande vitória das forças militares moderadas e democráticas no 25 de novembro de 1975, impedindo que hoje estivéssemos subjugados por uma ditadura militar

Ceder  
F. H.



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

comunista, como a Venezuela ou Cuba, completamente manipuladas pelo Kremlin de Putin. -----

Tendo o próprio Álvaro Cunhal reconhecido a derrota no golpe militar das forças comunistas, no comício do Campo Pequeno em 07 de dezembro de 1975, nesta importante vitória militar do atual regime Democrático, incompreensivelmente pouco ou nada comemorada pelo atual partido socialista e compreensivelmente ignorada pelos comunistas da CDU, que continuam a usar o 25 de abril de 1974 e as suas comemorações e boa memória, para mascarar a sua verdadeira agenda comunista, ditatorial e belicista, que Vladimir Putin agora colocou na Ucrânia, bem à vista do Mundo civilizado e de todos os eleitores portugueses. -----

Em nome da Liberdade do 25 de abril de 1974 e da Democracia do saudoso 25 de novembro de 1975, por um poder local livre das utópicas e belicistas ideologias comunistas, O CDS-PP Montijo votou contra esta moção da CDU de evidente tentativa de manipulação das comemorações do 25 de abril". -----

O Senhor **Deputado Municipal – Avelino Antunes (CDU)**, no uso da palavra, fez uma **Declaração de Voto**, com o seguinte teor: “Naturalmente votamos favoravelmente a Moção que apresentámos sobre o 25 de Abril, e aceitámos as alterações propostas pelo Partido Socialista, no sentido de enaltecer ainda mais a Moção, com a convicção, hoje mais do que nunca, que se desiludam aqueles que pensam que Abril está para encerrar, porque quando falam numa data de 25, estarão a pensar, certamente em condições para poder vir a falar de outra data e ainda hoje não dizem porque não têm condições políticas para isso. Que se escondem em dogmas e sistematicamente em provocações. Bastou, ver de novo, após a pandemia, todo aquele povo, em Lisboa, na rua, a comemorar Abril, para





MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ce. Dep.  
S.  
J. Dep.

dizer que haverá sempre, “Abril de novo com a força do povo e que 25 de Abril sempre, fascismo nunca mais”. -----

O Senhor **Deputado Municipal – Nuno Caetano** (CDS-PP), no uso da palavra, leu uma **Recomendação à Câmara Municipal de Montijo Para Criação de uma Comissão Municipal de Promoção Turística**, cujo teor a seguir se transcreve: “Considerando que a atual situação de integração de Montijo na NUT III da Área Metropolitana de Lisboa, com o longo processo de criação da NUT III Península de Setúbal no horizonte, mas ainda em fase inicial de apreciação em Bruxelas e Eurostat, vivemos atualmente uma significativa desvantagem competitiva, no acesso à alavancagem de investimento privado no distrito de Setúbal e no concelho de Montijo, comparativamente com concelhos fora da NUT III AML. -----

O Grupo Municipal do CDS-PP, acha importante que o município se capacite de ferramentas que permitam mitigar esta situação, e que assim, se possa tentar evitar a fuga da atual pressão de procura internacional que sabemos existir, nomeadamente e apenas a título exemplificativo, no mercado de turismo residencial sénior. Neste sentido, identificarmos como importante a criação de uma comissão municipal totalmente gerida pela autarquia, que conte com a participação de técnicos especialistas e sábios do sector, reunindo as melhores competências públicas e privadas existentes e disponíveis no concelho de Montijo, com vista à proposta de um plano estratégico de Turismo para o concelho, com a identificação de reais soluções de políticas locais de turismo, que permitam viabilizar e atrair investimento turístico nacional e estrangeiro, para o concelho de Montijo. -----

Em face do exposto e nos termos regimentais, o Grupo Municipal do CDS-PP, propõe à Assembleia Municipal de Montijo que delibere recomendar à Câmara Municipal: -----

Ceder  
H. Antunes



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

1- A criação de uma Comissão Municipal de Promoção Turística, que conte com a participação de técnicos especialistas e sábios do sector, reunindo as melhores competências públicas e privadas existentes e disponíveis no concelho de Montijo”. ---

O Senhor **Deputado Municipal – Avelino Antunes (CDU)**, no uso da palavra, disse: “Algumas notas e considerações em relação a esta recomendação. Anotar de facto, a referência à retirada da NUT à península de Setúbal, é reconhecer o mal que fizeram em causa própria, porque é bom recordar que foi o governo que retirou a NUT à península de setúbal. -----

Depois, também referir que o documento fala da criação de um Plano Estratégico de Desenvolvimento Turístico no Montijo, é no nosso entender, para aquilo que se deve caminhar e não para uma comissão municipal de promoção turística, que são questões totalmente diferentes. -----

Também entendemos, que esse Plano Estratégico, deve potencializar procura nacional e internacional, e que tem de ter em conta que o desenvolvimento turístico do nosso concelho deve ser parte integrante do desenvolvimento económico e social que pretendemos para o nosso concelho. -----

Há uma outra questão que gostaríamos de chamar a atenção, eu creio que foi criado e que existe uma comissão através da escola profissional, em que estão entidades patronais, sindicais, etc. e onde se discute o desenvolvimento económico e social, e onde isto, naturalmente, deve estar colocado, porque o que queremos é, de facto, um desenvolvimento turístico com qualidade, atrair gente para o nosso concelho, mas queremos também postos de trabalho dignos e com salários dignos. -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

*Cedra*  
*[Signature]*  
*[Signature]*

Portanto, em relação a esta recomendação, que achamos pertinente, mas que não queremos deixar de anotar isto e com estas anotações que fizemos aqui, estamos dispostos a dizer que deve haver, mas com estas condições. E dizer também, que é importante a participação desta comissão que já existe, e ouvir mais gente, ouvir os técnicos, porque aquilo que nós pretendemos, é de facto, atrair gente ao nosso concelho e que naturalmente pode ser um empurrão grande que se possa dar à zona ribeirinha, a tal volta à página negra, que é necessário dar, para que se obtenha o desenvolvimento e aproveitamento do seu potencial turístico". -----

O Senhor **Deputado Municipal – José Caria (PS)**, no uso da palavra, disse: “A bancada do Partido Socialista vaia votar favoravelmente a recomendação que estamos a discutir, quero todavia, deixar registados alguns factos: A1. A Atualização do Plano Estratégico de Desenvolvimento Turístico do Concelho de Montijo de junho de 2021, resultou de uma colaboração conjunta, que muito nos honra, entre a Câmara Municipal de Montijo e o Instituto Politécnico de Setúbal, decorrendo do trabalho anteriormente desenvolvido (2010/2011) e apresentado, publicamente, em 2011. -----

A Atualização do Plano Estratégico de Desenvolvimento Turístico do Concelho de Montijo de junho de 2021 surgiu da necessidade de ajustar o anterior Plano Estratégico à nova realidade deste território e às mudanças globais operadas na sociedade atual, onde o setor turístico tem tido destaque. -----

*Cedex*  
*de*  
*de*



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O primeiro exercício estratégico realizado em 2010/2011 revelou-se fundamental para o crescimento da atividade turística no concelho do Montijo, conforme demonstram os dados oficiais. -----

O Plano Estratégico de Desenvolvimento Turístico do Concelho de Montijo alinha-se na estratégia do município, com vista ao desenvolvimento turístico do concelho de Montijo estando assente nos recursos e nos produtos da nossa oferta turística, de forma a impulsionar a competitividade, o investimento e a atratividade do concelho e da região, potenciando o seu desenvolvimento económico, social, cultural e ambiental. -----

No Diagnóstico estratégico, apresentado em 2021, foi considerado o Binómio dos ativos estratégicos e produtos turísticos potenciais. No Diagnóstico dos Ativos Estratégicos foram consideradas vertentes estratégicas, programas de intervenção e ações. -----

Nos Produtos turísticos a desenvolver destacam-se: Produto A - Gastronomia e Vinhos Produto F – Turismo de Eventos e Animação Produto G- Turismo Urbano Produto H – Turismo náutico Produto I – Turismo Cultural e Paisagístico . -----

Atendendo a que o envolvimento de todos os agentes económicos deve estar na base de qualquer planeamento turístico, é de realçar o facto de se ter privilegiado o método participativo na conceção da Atualização do Plano Estratégico de Desenvolvimento Turístico do Concelho de Montijo em junho de 2021, onde se recolheram contributos importantes e pertinentes que nos ajudam a planear e construir, um território de turismo - um Montijo moderno, inovador e inclusivo, tendo presentes os objetivos que norteiam o plano e as orientações delineadas no documento "Estratégia Turismo 2027". -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ceder  
[Handwritten signatures]

O Senhor **Deputado Municipal – Pedro Vieira** (PSD), no uso da palavra, disse: “O PSD tem aqui algumas recomendações a fazer, e gostaríamos que o CDS acompanhasse o nosso raciocínio. Criar uma comissão municipal totalmente gerida pela autarquia, existindo uma direção de turismo dentro da câmara, isto para nós é uma duplicação de situações que nos parece desnecessária, e portanto, aproveitando a vossa proposta que nos parece que tem algum mérito, o que nos parece real e adequado, em vez de ser uma comissão municipal gerida pela autarquia, que é uma coisa que eu ando sempre aqui a criticar, porque a autarquia já não consegue gerir o concelho, quanto mais ter uma comissão para gerir, é criar uma associação componente pela sociedade civil, na qual se inclui a câmara como parceiro, as juntas de freguesia ou as forças vivas do concelho e essa associação dinamizar o turismo tal qual, por exemplo, a Bolsa de Turismo de Lisboa, que integra vários “players” e várias gentes ligadas ao turismo e à sociedade, que promovem o turismo em Lisboa. Essa dinâmica tem parceiros que contribuem com dinheiro, com ações, e isso para nós é pró-ativo. Criar aqui uma coisa que implica os órgãos da autarquia, desculpem, mas isso para nós, é redundante”. -----

O Senhor **Deputado Municipal – Cipriano Pisco** (BE), no uso da palavra, disse: “Queria dizer que votarei favoravelmente esta recomendação, no entanto, gostava de uma explicação. O que é isto dos sábios do sector? É que qualquer dia, os sábios devem ter uma lamparina que se esfrega e de onde sai qualquer coisa. Gostaria de ser esclarecido”. -----



Cedeu  
H. F. L.



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

A Senhora **Presidente da Assembleia Municipal**, disse: “Eu quero dizer que ainda há três documentos para apresentar e o tempo está a esgotar. Eu apelava a que os senhores deputados fizessem, hoje já não, uma vez que o tempo se esgotou, mas que façam uma gestão mais parcimónia do tempo em função do número de documentos que há para discussão, ou então que gastem o tempo, mas com a noção de que depois há documentos que não vão ter tempo para ser discutidos e debatidos”. -----

O Senhor **Deputado Municipal – Carlos Ferreira (CDS-PP)**, no uso da palavra, disse: “De facto, o objetivo que se propõe esta comissão, do ponto de vista formal, não cai no âmbito de uma associação que se prolongue no tempo. Esta comissão destina-se a fazer exatamente o que está na recomendação, e deixar de existir assim que o trabalho estiver feito. Não é uma associação da sociedade civil, que se perpetue, por tempo indefinido”. -----

**DELIBERAÇÃO DA RECOMENDAÇÃO APRESENTADA PELO CDS-PP:** Aprovada por maioria com 21 votos a favor (11 do PS, 2 do CDS-PP, 5 da CDU, 1 da IL, 1 do CH e 1 do BE), 5 votos contra do PSD e 0 abstenções. -----

O Senhor **Deputado Municipal – Pedro Vieira (PSD)**, no uso da palavra, fez a seguinte **Declaração de Voto**: “Pelas razões expressas na declaração anterior, que solicitamos que seja transcrita na íntegra, o PSD votou contra, uma vez que entende que estas competências duplicam entidades que já existem, as quais podem ser dinamizadas com estas competências, não sendo necessário criar mais uma entidade”. -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

*Adem*  
*F. B.*  
*d. f. f.*

A Senhora **Deputada Municipal – Fernanda Fernandes (PS)**, no uso da palavra, disse: “Eu queria apenas apelar para a mesa e para o plenário, se a senhora Presidente assim o entender, uma vez que os documentos que não vamos ler, de facto são as declarações políticas relativas ao 25 de Abril e ao 1º de Maio, irão ser circunscritos e não terão sentido noutra data, se podemos entregar para constar em ata”. -----

A Senhora **Presidente da Assembleia Municipal**, disse: “Se não houver oposição da parte do plenário, a Mesa aceita”. -----

O Senhor **Deputado Municipal – Avelino Antunes (CDU)**, no uso da palavra, disse: “Senhora Presidente, nós aceitamos e também fazemos um apelo, se podia haver, nesta assembleia, um acréscimo de alguns minutos mais a cada partido, porque vão ser aqui apresentados documentos para os quais não vai haver tempo para discutir. Eu chamava a atenção para essa entorse democrática da assembleia e creio que com um bocado de vontade de dar mais uns minutos a cada bancada poderemos discutir os documentos que estão em apreciação. ----- Também futuramente, estando numa altura de Abril, temos que ver que o tempo de excelência que é o período antes da ordem do dia, deve contar, deve contar com intervenções, e bem, sobre o 25 de Abril, 1º de Maio”. -----

A Senhora **Presidente da Assembleia Municipal**, disse: “Eu aceitarei, como já disse, os documentos para que constem em ata, mas quero aqui referir o seguinte: os senhores deputados têm noção que o primeiro documento que hoje foi discutido teve meia-hora de discussão. A gestão do tempo cabe às bancadas

Cedee  
F. L.



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

e aos partidos e o tempo que os partidos têm é o tempo que está na lei e é esse tempo que temos para discutir. Permitam-me dizer, que a gestão do tempo é feita, às vezes, sem ter em atenção o número de documentos que estão para ser discutidos, este é um facto. A IL tem três minutos e ainda não os usou porque certamente está a fazer uma gestão de parcimónia do tempo que vai usar, eu estou a dar este exemplo, mas poderia dar outro, a CDU é quem costuma fazer uma gestão muito cuidada dos tempos e dos documentos. -----  
Parece-me que hoje possamos aqui, se não houver oposição de nenhuma bancada, a mesa propõe que se tenha mais quinze minutos de discussão, distribuindo o tempo por todos, contudo esta não pode ser uma prática reiterada. Os partidos e as bancadas têm o dever e a obrigação de gerir o seu tempo e eu apelo para que isso aconteça, portanto, hoje, excepcionalmente e porque os partidos estão todos sem tempo e ainda estão muitos documentos por discutir, no entanto, mais uma vez eu apelo para que haja este cuidado, porque se a ideia é que discutimos tudo e que depois a mesa aumenta o tempo, a mesa deixa de permitir que o tempo seja acrescentado no período antes da ordem do dia. -----  
Se ninguém se opuser nós faremos aqui uma tentativa de distribuição de quinze minutos por todos”. -----

O Senhor **Deputado Municipal – André Ribeiro (IL)**, no uso da palavra, disse: “Eu, de facto não me vou opor, ainda assim gostava só de referir que este tempo que eu estou aqui a utilizar e que peço para não me descontar porque vou só dar a minha opinião relativamente à sua proposta, reitero novamente que não me vou opor, mas ainda assim, agradecia o respeito pelo tempo e a melhor gestão dos tempos que irão ser distribuídos, talvez evitando ofensas entre bancadas,



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

*Cedra*  
*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*

palavras vazias que em nada acresce a este debate, nem à assembleia nem tão pouco às pessoas que estão em casa. -----

Dizer também, que a forma como a IL está a gerir o tempo, nesta assembleia, uma forma responsável e eficaz, era só para refletirem que se nós tivéssemos a câmara, se calhar também faríamos a mesma coisa”. -----

O Senhor **Deputado Municipal – Avelino Antunes (CDU)**, no uso da palavra, disse: “Quero dizer que entendo que dentro do que é possível, todos os partidos fazem o melhor para gerir o seu tempo, mas há aquele velho ditado “Meter o Rossio na Rua da Betesga”, não dá e portanto, o problema que nós temos aqui e que não vale a pena fugir, é repensar senhora Presidente, tem a ver com a sua atitude, hoje democrática ...” -----

A Senhora **Presidente da Assembleia Municipal**, retirou a palavra ao senhor deputado, e disse: “Já entendemos qual é a sua posição, senhor deputado, vamos fazer uma proposta e peço à senhora segunda secretária da mesa que informe qual é o tempo que iremos acrescentar a cada um dos partidos”. -----

A Senhora **Deputada Municipal – Sandra Isabel Lopes (PS)**, segunda secretária da mesa, disse: “Vamos acrescentar à grelha de temos os seguintes tempos por bancada e para a Câmara Municipal: -----

Câmara Municipal – 3 minutos; -----

PS – 4 minutos; -----

PSD – 3 minutos; -----

CDU – 3 minutos; -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

CDS-PP – 2 minutos; -----

IL – 1 minuto; -----

CH- 1 minuto; -----

BE – 1 minuto. -----

Perfaz um total de 18 minutos”. -----

O Senhor **Deputado Municipal – Carlos Ferreira (CDS-PP)**, no uso da palavra, leu uma **Recomendação à Câmara Municipal de Montijo para Implementação de Projeto-Piloto de Utilização Pública de Veículos de Mobilidade Suave e Partilhada - de Trotinetas e/ou Bicicletas com Motor Elétrico**, cujo teor passo a transcrever: “Considerando que no topo dos principais problemas que afetam as comunidades urbanas, está o fenómeno do crescente aumento da dependência da mobilidade pelo uso do automóvel, muito responsável pela diminuição da qualidade de vida da população urbana. Neste contexto e dentro de um quadro de desenvolvimento sustentável, as cidades enfrentam grandes desafios para inverter hábitos de mobilidade pouco sustentável. A aposta nos modos suaves, pedonal e ciclável, assume-se como a principal alternativa, e o apelo à sua implementação é amplamente referenciado no quadro de orientações para ações estratégicas relativas à mobilidade sustentável da política da União Europeia.

Existem modos suaves de deslocação e transporte de baixo peso e velocidade reduzida, automovidos ou com motorizações de baixa potência, que ocupam pouco espaço na via pública e com emissões nulas ou reduzidas. -----

Um pouco por todo o país, as cidades têm implementando mais vias para ciclistas. O Ambiente, a qualidade de vida dos cidadãos e o próprio modelo de mobilidade urbana assim o exigiram. -----





MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ceder  
F.  
J.

Nesse sentido, tem sido ambicioso o compromisso da autarquia na construção de novos trajetos de ciclovias, mas para a maximização da utilização e uso-fruto de um investimento desta natureza, a implementação de uma rede de bicicletas e/ou trotinetas elétricas partilhadas, para além de democratizar o uso destes veículos sustentáveis, vem oferecer alternativas de mobilidade suave aos munícipes. -----

Se a isto forem somadas as recentes medidas tomadas nos transportes públicos rodoviários com a eventual renovação de frota e de modelo de exploração, percebe-se efetivamente que estão criadas condições para podermos vir a ter rapidamente, uma cidade de mobilidade mais sustentável. -----

Existem vários operadores no mercado que têm fornecido a diversas autarquias da área metropolitana, soluções chave na mão de mobilidade suave de trotinetas partilhadas, que são rentáveis para as autarquias e de muito sucesso e adesão junto dos munícipes. -----

A implementação deste tipo de oferta de mobilidade faz sentido no concelho de Montijo, enquanto parte de uma estratégia que vise trazer para o concelho novos modos de mobilidade, em especial a mobilidade suave e sustentável, como condição necessária não só à redução de emissões de gases de efeito de estufa, ao combate às alterações climáticas e ao aumento da qualidade de vida dos munícipes, mas também promovendo e encorajando o uso de modos alternativos ao automóvel particular dentro do concelho. -----

A envolvente urbana, o tipo e características das recentes infraestruturas, o tipo de orografia e a segurança, são fatores positivos sobre a escolha dos modos suaves de mobilidade. -----

Ceder  
J.B.  
J.P.



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O Montijo já entrou na fase de criação de redes de ciclovias intermunicipais e na defesa de uma visão integrada da mobilidade, na qual as ciclovias têm de ser incluídas e onde a passagem entre concelhos, não pode ser um fator de paragem para quem faz da bicicleta ou trotineta o seu principal meio de transporte. -----

É preciso que todos os autarcas "pedalem e acelerem neste sentido", pois há que continuar a implementar opções de utilização de mobilidade sustentável que confirmam mais liberdade e estilos de vida mais saudáveis aos munícipes. -----

Em face do exposto e nos termos regimentais, o Grupo Municipal do CDS-PP, propõe à Assembleia Municipal de Montijo que delibere recomendar à Câmara Municipal: -----

1- A implementação de um projeto-piloto de utilização pública de veículos de mobilidade suave e partilhada - de trotinetas e/ou bicicletas com motor elétrico”.

O Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, no uso da palavra disse: “Esta intervenção é só para sublinhar a estratégia que temos vindo a desenvolver relativamente a estes modos suaves de transporte na cidade do Montijo. O senhor deputado disse, e bem, o esforço significativo que a câmara tem feito na construção de ciclovias, não só isso, de espaços pedonais clicáveis e também de usufruto comum, retirando muitas vezes, com a incompreensão das pessoas, os veículos automóveis das praças e lugares, mas esse trabalho tem vindo a ser feito sempre com base e no âmbito de uma estratégia de uma descarbonização da economia, que é muito importante, como também já aqui foi dito, relativamente aos transportes públicos e ao nosso envolvimento e investimento nesses transportes públicos e, como é claro, vamos ter brevemente, para o senhor deputado conhecer que estamos em sintonia com a recomendação, ela vem de



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ced. 2022  
S. G.  
S. J. P.

encontro às nossas políticas e à forma como olhamos para este território, nesse sentido vamos ter um protocolo de utilização de trotinetes elétricas, no Montijo. Esta recomendação vem, de algum modo, fora do tempo para propor, mas queria dizer aos senhores deputados e à Assembleia Municipal em geral, que estamos em fase de finalização dessa articulação com uma das empresas que referiu, relativamente a estes modos suaves de transporte. É mais uma modalidade que vamos ter na cidade, que vai utilizar para seu benefício próprio, a nossa rede, bastante extensa de ciclovias, dou o exemplo da última ciclovia que construímos, por exigência da instalação do LIDL, junto à fábrica do Isidoro, e que é uma ciclovia de excelência, ali construída e que foi exigida pela Câmara no âmbito de um contrato de urbanização daquela construção e que claramente melhorou novamente, a ligação em rede de ciclovias da cidade. Temos ambições, perante o plano que apresentámos na área metropolitana, onde estas matérias são discutidas, em conjunto com os diferentes municípios, não só a ligação através da ciclovia do antigo ramal do caminho-de-ferro ao Pinhal Novo, concelho de Palmela, mas também a ambição que temos de ter uma ligação em ciclovia até ao concelho de Alcochete, por São Francisco, e também, como é claro, a ligação à Atalaia e ao Alto-Estanqueiro e à freguesia de Sarilhos Grandes, no fundo criando aqui ligações importantes. -----  
Estes são os fatores em que estamos a trabalhar para termos uma verdadeira rede de interligação de ciclovias no nosso concelho. -----  
Queria também lembrar aos senhores deputados que nós fomos simplesmente a primeira autarquia do País a ter ciclovias dedicadas e obviamente isoladas, para circulação de bicicletas e de peões e isso diz muito do impacto e da maneira como

Cedra  
J. J. J.



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

sempre pensamos as políticas relativamente ao espaço público e também ao transporte suave, na cidade. -----

Senhor deputado, muito obrigado pela recomendação, mas ela já está a ser implementada”. -----

O Senhor **Deputado Municipal – André Ribeiro (IL)**, no uso da palavra, disse: “Eu queria apenas dizer que vamos votar a favor, mas importa ver isto como um sistema integrado de uma mobilidade suave e a sua promoção. É visível na cidade o número crescente de veículos elétricos, mas o número de postos de carregamento é escasso e assim até aproveito para questionar o senhor Presidente se tem algum plano para aumentar os postos de carregamento de veículos elétricos”. -----

O Senhor **Deputado Municipal – Cipriano Pisco (BE)**, no uso da palavra, disse: “Eu queria dizer que vou votar favoravelmente esta recomendação, mas quero lembrar que no debate que houve com a câmara Municipal sobre o orçamento, ao abrigo do estatuto da oposição, nós levantámos esse problema, colocámos abertamente a situação das trotinetas e das bicicletas e levantou-se uma série de dúvidas e de interrogações, entre elas, questionou-se, se para conduzir as trotinetas e as bicicletas era preciso ter a carta de condução. Isto foi dito na reunião, agora o senhor Presidente falou num protocolo e eu gostaria que me explicasse se é, ou não, necessária a carta de condução”. -----

O Senhor **Deputado Municipal – Pedro Vieira (PSD)**, no uso da palavra, disse: “Acompanho a boa memória do senhor deputado Cipriano Pisco e



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

C. C. C. C.  
F. B.  
H. J. L.

acompanhamos a proposta do CDS, mas não podemos deixar de dizer aqui algumas coisas, não quanto à proposta, mas algumas coisas que aqui foram ditas. Nós não nos revemos em algumas coisas que não são, de facto, mobilidade suave, o que se passa aqui no Montijo. Há praças, como o jardim inclinado, junto ao cais, aquela situação não se torna uma praça porque não é um sítio estável, é um plano inclinado e nós criámos uma instabilidade que custa trezentos mil euros, que se impõe à cidade porque tapa a vista do rio, quebra a visão, cria um obstáculo e que não contribui para a descarbonização, porque os automóveis no Montijo, que ainda são praticamente todos, a combustíveis fósseis, vão ter que dar uma volta enorme, porque o Montijo é um labirinto que o PS criou com essa política que diz que é dedicada às pessoas, mas que acaba com a nossa cidade, acaba com o comércio, acaba com a vida urbana, portanto, isso faz-se de uma maneira ponderada e com estudos de tráfego e, aqui no Montijo não se faz com estudos de nada. Aquela praça foi fechada sem estudo de tráfego e a política que está a ser seguida, mesmo a de ciclovias, é ruínosa, porque as ciclovias servem para as pessoas se deslocarem, a deslocação mais rápida entre dois pontos, é uma reta e nós aqui temos circulares. Andamos milhares de metros para nos deslocarmos. No centro do Montijo existem zero ciclovias e a principal ciclovia, a mais necessária, que é a do Seixalinho, não existe". -----

O Senhor **Deputado Municipal – Avelino Antunes** (CDU), no uso da palavra, disse: “Iremos votar favoravelmente esta recomendação, mas não podemos deixar de salientar duas notas. A necessidade de levar até ao centro da cidade, esta mobilidade e também que o acesso a este tipo de mobilidade seja para todas as camadas sociais, uma preocupação que todos devemos ter. Creio que esta



Caldeira  
F. H.  
H. P.



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

preocupação não vinha no orçamento porque, como se sabe, uma parte da “Coligação Montijo Conta Comigo”, votou a favor do orçamento da Câmara Municipal e portanto, naturalmente tem a confiança política da Câmara Municipal e era também para fazer uma referência a isso”. -----

O Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, no uso da palavra, disse: “Era só para responder a uma pergunta que foi colocada pelo senhor deputado da IL, relativamente aos carregamentos. Nós temos efetivamente em desenvolvimento, um plano para constituir mais cinquenta postos de carregamento, aliás não é só o Montijo, é geral pela área metropolitana de Lisboa, e também pelo País inteiro, há essa preocupação, neste momento, de tornar os carregamentos dos carros elétricos mais acessíveis e de termos uma maior rede de carregamento. -----

Quanto à questão que o senhor deputado Cipriano Pisco referiu, relativamente à carta de condução, isso foi discutido aquando da nossa apresentação do orçamento, não no sentido de que não íamos colocar trotinetas, mas no sentido de que era, na altura, um óbice ao desenvolvimento destas questões. Neste momento, a proposta que temos ultrapassa, em termos dessa confiança de segurança que é necessário ter para as pessoas, esse aspeto, e evidentemente iremos desenvolver isso, como estamos a desenvolver, que aliás vai no sentido da recomendação. Não tem que estar expresso em orçamento, porque obviamente, a questão é protocolarmos com essas empresas, mediante os protocolos que têm sido feitos em geral por todos os municípios da região de Lisboa e também da península de Setúbal, e portanto, iremos desenvolver este



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Cedem  
Lb  
d. l. l.

procedimento e essa facilitação da mobilidade suave através das trotinetas elétricas, nos próximos meses. -----

A utilização destas trotinetas é feita através de uma aplicação informática e de um cartão, que nem sempre está disponível para todos, e respondendo ao que o senhor deputado Avelino Antunes referiu, é um problema que temos, relativamente a essa acessibilidade, mas é uma questão que tentaremos resolver o melhor possível, sendo que também é nossa opção, tornar este tipo de transporte acessível a todos”. -----

O Senhor **Deputado Municipal – Carlos Ferreira (CDS-PP)**, no uso da palavra, disse: “Agradecer os comentários feitos pelas diversas bancadas, à recomendação que o CDS propõe, que aqui deliberemos seja entregue à Câmara Municipal. Referir, relativamente ao comentário feito pelo senhor Presidente da Câmara Municipal, que depois o grupo parlamentar irá pedir uma audiência à câmara, para nos inteirmos desse protocolo e da calendarização que o mesmo possa ter e do âmbito de exploração, em termos de distâncias que vão ser contempladas nesse protocolo, ainda bem que o está a tratar. -----

Relativamente à outra dúvida colocada pela CDU, é muito relevante identificar que, de facto, o centro da cidade tem muita necessidade deste tipo de mobilidade e que a solução a encontrar possa ser uma solução que compreenda escalonamento etário ou de apoio social, isso faz todo o sentido, agora, relativamente ao seu comentário sobre o CDS ter aprovado o orçamento da Câmara Municipal, eu quero lembrá-lo que quem viabilizou o orçamento da Câmara Municipal foi a CDU e o PSD de mão dada, com uma abstenção na câmara, não foi o CDS que viabilizou o orçamento do PS. O CDS nesta assembleia,

Ceder  
[Handwritten signatures]



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

votou favoravelmente, denunciando o ridículo que é, o orçamento chegar a esta assembleia com 80% das forças políticas, já tendo aprovado o orçamento. Quem aprovou o orçamento não foi o CDS, foram as abstenções do PSD e da CDU, principalmente". -----

O Senhor **Deputado Municipal – Avelino Antunes** (CDU), no uso da palavra, disse: “Eu só levantei esta questão porque não tenho nada a ver que uma parte da Coligação Montijo Conta Comigo, tenha votado na Assembleia Municipal, favoravelmente o orçamento e eu quero-lhe dizer que a votação que vinha da Câmara Municipal, que era uma votação do Partido Socialista, podia naturalmente ser alterada aqui na Assembleia Municipal”. -----

**DELIBERAÇÃO DA RECOMENDAÇÃO APRESENTADA PELO CDS-PP:** Aprovada por unanimidade. -----

A Senhora **Deputada Municipal – Fernanda Fernandes** (PS), no uso da palavra, leu uma **Declaração de Voto**, com o seguinte teor: “O voto de Partido Socialista reflete: -----

- A preocupação com a mobilidade urbana e a luta contra o uso do automóvel privado nas cidades, com objetivos de descarbonização, preservação e melhoria da qualidade do ar e do ambiente urbano; -----
- A defesa de um desenvolvimento sustentável e de melhoria da qualidade de vida das pessoas, nomeadamente dos habitantes dos espaços urbanos; -----
- A defesa de recursos sustentáveis de mobilidade urbana, sejam os transportes públicos, que se querem de qualidade e amigos do ambiente, seja a oferta de



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

C. G. G.  
J. B.  
J. P.

alternativas de mobilidade, nomeadamente em situações de lazer, como o aluguer de bicicletas, trotinetas e/ou pequenos veículos elétricos, que permitam a realização dos percursos urbanos; -----

- A aposta nos modos suaves, pedonal e ciclável, que se têm concretizados nas política e obras realizadas pelo executivo socialista da Câmara, nomeadamente as dezenas de quilómetros de ciclovias que, hoje, rodeiam o nosso concelho em várias direções e abarcando várias freguesias e que são frequentadas pelos munícipes com grande frequência e visível satisfação; -----

- Ainda o facto de se encontrar em avançado processo de negociação e para breve implementação e oferta, uma frota de trotinetas elétricas, que a Câmara Municipal do Montijo colocará ao serviço dos cidadãos, munícipes e visitantes, tornando mais sustentável, mas também mais atrativa, a mobilidade urbana, nomeadamente para os visitantes. -----

Porque, concordamos com todos estes aspetos, e porque se integram na política de defesa do ambiente no concelho, executada pelos eleitos do Partido Socialista, o nosso sentido de voto é a favor”. -----

A Senhora **Deputada Municipal – Isabel Grosso** (PSD), no uso da palavra, leu uma **Recomendação** intitulada, **Classificação Patrimonial do Colunato de Pegões**, e cujo teor a seguir se transcreve: “O colunato de Pegões constitui-se como um dos mais relevantes elementos caracterizadores da paisagem, urbanismo, arquitetura e cultura do concelho do Montijo. -----

Constitui igualmente o maior exemplo nacional de organização espacial visando a colonização interna concretizado em Portugal, e um caso de estudo nacional e internacional que merece ser preservado e valorizado. -----

Cedou  
F. B.  
F. B.



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

A incapacidade em concretizar os processos de salvaguarda impede a utilização desse património, utilizando-o como um ativo que acrescenta valor ao território, e a manutenção do quadro administrativo desligado da realidade, impede também resolver as necessidades, da constituindo-se como uma condicionante negativa ao desenvolvimento dessa importante parte do território do concelho do Montijo. -----

Assim, o PSD do Montijo considera ser urgente e da maior relevância resolver e ultrapassar as condicionantes que pesam negativamente sobre grande parte do território de Pegões. -----

Considerando que: -----

1. Há cerca de 20 anos foi criada uma norma municipal com a intenção de preservar o território onde se encontra implantado o Colonato de Santo Isidro, presente desde logo no Plano Diretor Municipal; -----
2. O PDM em vigor prevê a elaboração de um Plano de Urbanização (PU), que estabelece os parâmetros urbanísticos, abrindo o caminho para uma evolução controlada e em respeito pela paisagem, património e cultura, contrariando a atual degradação; -----
3. Na reunião de Câmara Municipal de 20 de agosto de 2008 foi deliberado por unanimidade o desencadeamento de um processo de classificação relativo ao Colonato de Pegões, não tendo existido qualquer consequência até ao presente. -----
4. Desde 1997, e até ao presente, vigora o mesmo PDM, e que o município não iniciou o Plano de Urbanização previsto, considerado de 1ª.prioridade, adiando soluções para a população e para a salvaguarda e enquadramento do





MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

*C. de M.*  
*[Signature]*  
*[Signature]*

património que constitui o Colonato de Pegões, e não havendo solução à vista para a revisão do PDM que se arrasta há quase duas décadas; -----

5. Ao contrário do princípio do que constitui a valorização patrimonial, o território atualmente encontra-se totalmente descaraterizado, salientando-se: ---

- Falta de intervenção e requalificação do espaço público; -----

- Falta de concretização de infraestruturas necessárias à fixação da população, resolvendo as necessidades de habitação da população jovem e novos residentes;

- Existência de construções devolutas e/ou degradadas, com pouca conservação, sejam as habitações, sejam os edifícios singulares, as igrejas, escolas e outros; ---

- As edificações com alterações s/ licenciamento, descaraterizando-as; -----

- O impedimento em desencadear processos de licenciamento, ampliações, e instalação de atividades económicas, por falta de enquadramento legal no PDM;

- Impedimento no recurso à utilização de apoios e fundos comunitários para reabilitação patrimonial, valorização do território, instalação de novas atividades ligadas ao património, cultura e turismo, por ausência da necessária classificação;

5. Um dos problemas maiores observado é a alienação dos casais a entidades pouco familiarizadas com a história e cultura local e que, pelas suas capacidades económicas, se servem erradamente do património existente, procurando muitas vezes o lucro fácil no mercado de arrendamento desregulado (por ausência de políticas públicas) e precário sem qualquer controlo das entidades competentes, verificando-se casos de excesso de lotação e de falta de condições de habitabilidade nas edificações utilizadas por vezes como dormitórios ilegais de migrantes ligados ao setor agrícola. -----

C. de  
H. de



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

6. Acresce que alguns terrenos agrícolas estão a ficar abandonados, sem serem rentabilizados, e que somente alguns confinam com ruas pavimentadas e infraestruturadas. -----

6. Por outro lado a intenção de se propor à classificação de património, que se desenrola no tempo, sem solução, criou um estado de estagnação que é demasiado gravoso para a população, se continuar em estagnação, não podendo o município estar passivamente a aguardar pela complexidade dimensão temporal que essa ação implica, já passaram 25 anos desde 1997. -----

7. É por isso incompreensível que o município não desencadeie imediatamente o Plano de Urbanização necessário, e que nunca saiu da “gaveta” após todos estes anos. -----

O PDM de 1997 já previa uma resposta a estas questões fulcrais, integrando-as numa reestruturação do território por via de um instrumento de gestão territorial adequado, que permitisse a construção em determinadas áreas dotadas de infraestruturadas, criando locais de expansão urbana controlada, permitindo diferentes usos, e abrindo o território à iniciativa, mas integrado em harmonia com a caracterização arquitetónica da região. -----

Por essa via concretiza-se a valorização de todo o território, permitindo-se aos descendentes permanecer na região, atraindo igualmente novas atividades e moradores; -----

A falta de iniciativa e a falte de concretização de instrumentos territoriais fundamentais, por parte das várias entidades municipal e nacional têm como consequência o abandono e a destruição da identidade social, cultural e patrimonial que deveriam estar a salvaguardar. -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

C. de  
S.  
H.

Pelo anteriormente exposto os membros da Assembleia Municipal deliberam que: -----

1. A Câmara Municipal deverá iniciar o procedimento de Plano de Urbanização do Colunato de Pegões, estabelecido no PDM em vigor; -----
2. A câmara Municipal deverá estabelecer diligências no sentido de se concretizar a classificação do Colunato de Pegões nos termos legais; -----
3. Solicitar à Direção-Geral de Património Cultural a concretização do procedimento de classificação do Colunato de Pegões; -----
4. Após deliberação, o envio da presente proposta à DGPC, com conhecimento ao Ministro da Cultura, à Assembleia da República e ao Presidente da República". -----

O Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, no uso da palavra, disse: "Sobre esta matéria, queria tecer alguns comentários em particular sobre a natureza e o conteúdo desta recomendação do PSD, com a qual concordamos integralmente sobre os objetivos que temos de preservação do nosso património, em particular do património do Colunato de Pegões, de Santo Isidro de Pegões, das Faias, das Figueiras, dos vários núcleos que fazem parte daquele Colunato. Mas, não concordamos, como é claro, com a ideia de inação, a ideia de que não se fez nada, a ideia de que tudo está por fazer. eu percebo que seja, da parte da oposição, uma tentativa de poder vincar essa ideia, mas é público, é conhecido, que a Câmara Municipal do Montijo desenvolveu vários estudos, com vários arquitetos de âmbito nacional, nomeadamente, cito aqui um que faleceu infelizmente, há uns anos , mas que era um dos maiores arquitetos Portugueses, Nuno Teotónio Pereira, do qual a câmara produziu um livro de antologia sobre o Colunato e nos

Cedex  
H  
H



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

qual nós nos revemos orgulhosamente. Fizemos depois, também, um segundo livro, mais recente, com um arquiteto camarário chamado Paulo Lima, o qual também fez o levantamento de todas as matérias arquitetónicas e de preservação, para iniciar o procedimento junto da Direção Geral do Património Cultural. Mais recentemente, ainda, senhores deputados, participámos no estudo de uma senhora arquiteta da universidade do Porto, e o livro foi lançado há poucas semanas, sobre todos os Colunatos do País, no qual há um destaque particular, e, do meu ponto de vista, devido, ao nosso Colunato de Pegões. É nessa edição, reconhecido o trabalho da Câmara Municipal e dos seus serviços, na preservação do colunato. -----

Recentemente, e digo recentemente porque foi a última visita efetuada pelos técnicos da DGPC, ao Colunato, aos diferentes edifícios religiosos, às diferentes situações que temos no Colunato, umas de maior sucesso, outras de menor sucesso, com os nosso técnicos, incluindo o senhor arquiteto Paulo Lima, que é quem trabalha essas matérias com a DGPC, e recolheram os últimos dados para produzir um relatório que nos vai permitir a classificação daquele Colunato e daquele espaço como de interesse municipal ou porventura de interesse nacional, conforme proposta de 2008, aqui citada pelo PSD. -----

Leia-se aqui que consideramos a igreja de Santo Isidro de Pegões, que tem uma construção muito particular, e que efetivamente é uma Igreja na sua arquitetura, com importância de nível nacional. -----

E, já agora, para a senhora deputada ficar com essa consciência, a Câmara Municipal do Montijo teve também uma intervenção importantíssima na preservação do chamado Fontanário de Pegões, que fazia parte da rede de transporte a cavalo, que se fazia, a “mala posta”, e fazia por uma questão



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

*C. J. J.*  
*J. B.*  
*J. J.*

histórica e era um elemento fundamental. Hoje temos até um vinho denominado Fontanário, que é da adega de Pegões. -----

Nós temos efetivamente, um trabalho sistemático, continuado, nesta matéria de preservação do Colunato. Não está ainda tudo concluído, temos que continuar, agora, não podemos afirmar que nada foi feito e é nesse sentido que discordo inteiramente dessa parte da recomendação, independentemente da maior motivação de alguns, que com gestos, querem fazer parecer que têm a verdade nas mãos, mas não têm”. -----

A Senhora **Deputada Municipal – Isabel Grosso** (PSD), no uso da palavra, disse: “Senhor Presidente, por aquilo que me disse, apenas o que está conservado é o Fontanário, tudo o resto está nos livros. Basta nós visitarmos a casa de uma das professoras, foi aqui dito numa assembleia que era uma obra do PS e que era a Ludoteca, hoje, está abandonada, está destruída, podia estar conservada e podia ter outros fins, até como receita. Basta visitar vários casais que estão abandonados por falta de inoperância e por falta da revisão do PDM”. -----

O Senhor **Deputado Municipal – Pedro Vieira** (PSD), no uso da palavra, disse: “Senhor Presidente e senhores deputados do Partido Socialista, vinte cinco anos ou mais, à frente da autarquia, um estudo, dois livros, um Colunato com mais de três mil hectares, um património relevante, ao nível nacional. Eu não sei o que se passa aqui, mas gostaria que me explicassem”. -----

O Senhor **Deputado Municipal – Avelino Antunes** (CDU), no uso da palavra, disse: “Apenas duas questões. Uma delas em referência ao PDM, por uma questão



Ceder  
H. B.  
H. B.



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

histórica, de um documento importante, para dizer que o PDM em vigor, foi aquele que a CDU elaborou, que foi aprovado e que há aqui nesta sala, dois membros, eu o deputado Cipriano Pisco, que o votámos favoravelmente e que ainda hoje se mantém, e muito bem, em vigor. -----

A outra questão, é que um dos fatores, também, de referência à situação existente no Colunato de Pegões, tem a ver com o desastre nacional da nossa agricultura, com o reflexo do abandono de mais de quatrocentas mil explorações, tudo isto contribuiu para a situação existente”. -----

A Senhora **Deputada Municipal – Isabel Grosso (PSD)**, no uso da palavra, disse: “Congratulo a CDU pelo PDM que aprovou, mas como tudo, fica-se obsoleto no tempo e tem que se alterar procedimentos e situações. Como disse, a agricultura foi abandonada, por via dos acontecimentos dos últimos tempos, por aí devia haver uma alteração para não haver o despovoamento que se está a verificar em Pegões. Entristece-me ver Pegões como vejo hoje, está a perder a sua identidade”. -----

**DELIBERAÇÃO DA RECOMENDAÇÃO APRESENTADA PELO PSD:** Aprovada com 25 votos a favor (11 do PS, 5 do PSD, 5 da CDU, 2 do CDS-PP, 1 do CH e 1 do BE), 1 abstenção da IL e 0 votos contra. -----

O Senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Pegões – Mário Rui Ferreira (PS)**, no uso da palavra, cumprimentou os presentes e leu uma **Declaração de Voto**, com o seguinte teor: "O voto favorável significa que estamos alinhados no desejo e na ambição que temos para o território do Colunato de Pegões. -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Cedex  
L.B.  
J. Silva

Contudo, não nos revemos, integralmente, na forma como está elaborada esta recomendação uma vez que algumas das propostas já estão a fazer o seu caminho. -----

É necessário ir além do que está proposto nesta recomendação. -----

É fundamental criar estratégias para fixar a população e criar riqueza. -----

É igualmente importante reforçar a dignificação da história e do património de todo o território de Pegões Velhos, Figueiras e Faias." -----

O Senhor **Deputado Municipal – Cipriano Pisco (BE)**, no uso da palavra, fez a seguinte **Declaração de Voto**: “Dizer que votei favoravelmente esta proposta, no entanto, fiquei com a sensação de que isto foi um programa que houve na televisão, e que já tinha dado há uns anos, no Colunato e onde até entrevistaram pessoas., portanto, nesse sentido acho importante que esse filme até ajude muito a compreender a realidade social, na época”. -----

O Senhor **Deputado Municipal – Pedro Vieira (PSD)**, solicitou a palavra em **defesa da honra** e disse: “O senhor deputado Cipriano Pisco aludiu à possibilidade da proposta vir a propósito de um programa de televisão, mas eu posso explicar que isto nada teve a ver com um programa de televisão, e se o senhor deputado pode perceber, a nossa bancada já falou muito da questão de Pegões, a questão do PDM, também, da questão da necessidade de concretizar os planos de urbanização, também, e o senhor deputado Cipriano Pisco sabe bem o que a gente debate. A deputada que acabou de fazer a proposta, a deputada Isabel, foi quem teve a iniciativa de ainda mais, dizer “na minha terra existe este problema”, eu já tinha, por diversas vezes, nos vários lugares em que estive eleito, intervindo



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

especificamente sobre Pegões, portanto, dizer isso aqui, é esquecer tudo aquilo e quase tentar levantar uma mancha com aquilo que foi dito, pelo senhor deputado, porque na realidade não tem nada a ver com um programa de televisão. O programa de televisão está bem feito, eu também vi e aliás, tive aulas com a professora que foi a Pegões, posso dizer bem do que ela ali falou, também sou arquiteto e também tenho sensibilidade, mas posso-lhe dizer que isso é um atentado à honra da nossa bancada”. -----

O Senhor **Deputado Municipal – Cipriano Pisco** (BE), no uso da palavra, disse: “É o seguinte, cada um tem o direito de defender a sua opinião. Eu estou a dar uma opinião política sobre o documento e votei favoravelmente o documento, se as pessoas que apresentaram o documento acham que não foi assim, têm esse direito. Eu também tenho o direito de achar que foi, de facto, assim. O 25 de Abril e a democracia também foi feita, para aqueles que até estão contra o 25 de Abril, terem direito à palavra e não serem presos por isso”. -----

A Senhora **Deputada Municipal – Maria Teresa Tapadinhas Coelho** (PSD), no uso da palavra, cumprimentou todos os presentes e leu uma **Recomendação**, intitulada, **Melhoria das Condições de Saúde no Concelho do Montijo**, e cujo teor a seguir se transcreve: “As condições de saúde e conseqüentemente o acesso a serviços de saúde é cada vez mais uma necessidade básica da sociedade atual. Pesa para isto o crescimento da população urbana, o agravamento da difusão de pandemias, como a da Gripe Asiática, da Covid19 e outras, os problemas decorrentes do envelhecimento natural da população. -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

*C. Ligeiro*  
*J. B.*  
*J. P.*

Este quadro indicia a necessidade de aumento de soluções por parte dos poderes públicos, Estado Central, Autarquias bem como de outros atores da sociedade civil, para encontrar soluções e respostas adequadas à população. -----

Considerando: -----

1. O incumprimento por parte da Administração Central das condições estabelecidas no protocolo entre a Câmara Municipal do Montijo e o Ministério da Saúde, através da ARS/LVT- Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, em fevereiro de 2007; -----

2. A continuada falta de profissionais, nomeadamente de médicos, enfermeiros e pessoal de apoio, nos centros de saúde, com consequências na vida da população do concelho do Montijo, cujo agravamento se vai verificar com a aposentação de mais 3 médicos até ao final do presente ano, tendo como consequência que mais de 25.000 munícipes ficarão sem médico de família; -----

3. A falta de condições nos Centros de Saúde, que não servem adequadamente os interesses da população, que deveriam garantir o acesso a cuidados primários de saúde; -----

Os membros da Assembleia Municipal deliberam que: -----

1. A Câmara Municipal do Montijo exija imediatamente o cumprimento integral do protocolo a que o Estado se comprometeu; -----

2. A Câmara Municipal estabeleça as diligências necessárias para assegurar o preenchimento do quadro de profissionais necessários, e em falta, nomeadamente no que se refere a médicos e enfermeiros a prestar funções nos Centros de Saúde do Montijo, proporcionando a que todos os munícipes tenham assegurado os cuidados primários de saúde e médico de família para todos; -----

Cedei  
F  
H



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

3. Na ausência de respostas atempadas por parte da Administração Central, a Câmara Municipal promova uma política ativa de fixação dos profissionais de saúde necessários, criando incentivos para a contratação e fixação desses profissionais, em linha com outros municípios que já o fizeram; -----

4. A Câmara Municipal promova as necessárias diligências necessárias para assegurar a construção de um novo hospital no município, dotado das valências essenciais para servir a população, à semelhança de outros municípios no país”.

O Senhor **Deputado Municipal – Avelino Antunes** (CDU), no uso da palavra, disse: “Em relação a esta recomendação, que é pertinente e iremos em princípio, votar favoravelmente caso sejam atendidas algumas questões que vamos aqui colocar. Gostaríamos de dizer, por exemplo, no ponto 3, de facto, há falta de condições de atendimento nos centros de saúde, o que se verifica pelo seu tamanho, pelo número de pessoas que estão lá fora, ao frio, etc. e que não servem adequadamente os interesses da população, entendemos que havia esta falta aqui. -----

A outra questão que vem aqui é, *“Os membros da Assembleia Municipal, deliberam que: a Câmara Municipal exija imediatamente o cumprimento integral do protocolo a que o Estado se comprometeu, e com isto estamos de acordo. ----*

*A Câmara Municipal estabeleça as diligências necessárias para assegurar o preenchimento do quadro de profissionais necessários .... Isto não podemos fazer por força da lei. O que nós podemos claramente pôr é que: a Câmara Municipal estabeleça as diligências para exigir junto de quem de direito, o preenchimento do quadro de profissionais necessários... -----*





MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Cedex  
[Handwritten signatures]

Esta questão, deve ser corrigida dentro do interesse e dos objetivos que nós pretendemos. A Câmara deve exigir e o senhor Presidente da Câmara tem esse dever, junto das entidades competentes. -----

A outra questão, é que nós entendemos também, que o terceiro ponto, quanto a nós, não faz sentido. E no quarto ponto, nós estamos de acordo que a Câmara Municipal promova as necessárias diligências para a exigência da construção de um hospital público, que sirva as populações do Montijo e Alcochete. -----

Assim, nós votaremos favoravelmente, caso contrário e em nome do interesse público não o podemos fazer”. -----

A Senhora **Deputada Municipal – Alice Seixas (CH)**, no uso da palavra, disse: “Gostaria de lembrar que o CHEGA também já aqui trouxe a esta assembleia, uma proposta sobre o hospital do Montijo e está mais do que provado que muito ainda há a fazer na área da saúde neste concelho. Efetivamente, a situação nos centros de saúde é muito complicada, os utentes têm que ir de madrugada para a fila e na maior parte das vezes, quando chega a sua vez já não há vagas para consulta e o utente tem que voltar sucessivamente até que consiga marcar uma consulta, acabando até, por vezes, por desistir de se tratar, vencido pelo cansaço. Muito ainda há a fazer e obviamente o CHEGA, vota a favor esta recomendação do PSD”.

O Senhor **Deputado Municipal – André Ribeiro (IL)**, no uso da palavra, disse: “Na nossa ótica, o que se passa no Serviço Nacional de Saúde, mais propriamente no Montijo, não se resolve com estas medidas que são aqui defendidas pelo PSD. Realce até, que no nosso programa eleitoral referente às eleições legislativas passadas, apresentámos uma medida que iria conferir a todos os montijenses a

Ceder  
Fb.  
Hf.



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

possibilidade de acesso a um seguro de saúde privado, a preço convencionados e reduzidos, o Cartão de Saúde Montijense, que inclusivamente um município do PS o implementou. -----

Esperaríamos, com esta medida dar acesso verdadeiro a serviços de saúde que hoje só estão ao alcance de alguns privilegiados. Os montijenses teriam muito a ganhar e o Serviço Nacional de Saúde, também. -----

Quem se quisesse tornar beneficiário, poderia escolher o profissional de saúde a quem recorrer, público ou privado. Por outro lado, não teria que esperar meses ou anos por uma consulta de especialidade ou tratamentos, exatamente o que se passa atualmente. -----

Beneficiaríamos ainda a população mais jovem, com a prevenção da doença, na infância e na juventude, dando acesso à população com menor capacidade financeira a serviços como a estomatologia, que de outra forma estão fora do seu alcance pelo custo que representam. -----

Reconhecemos o problema atual, mas a solução não é esta e temos que criar as condições de atração de entidades de prestação de serviços de saúde para a cidade e neste sentido vamo-nos abster nesta proposta do PSD". -----

A Senhora **Deputada Municipal – Maria Teresa Tapadinhas Coelho (PSD)**, no uso da palavra, disse: “Só queria dizer que julgo saber que existem alguns concelhos que já adotaram medidas idênticas a estas, nomeadamente os concelhos de Mafra e Santarém, que criaram mais atrativos para a fixação de pessoal médico, e enfermeiros, portanto, não é nada de inédito e é exequível, é possível fazer”. –



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Cedee  
LB  
difer

O Senhor **Deputado Municipal – Pedro Vieira** (PSD), no uso da palavra, disse:  
“Relativamente ao hospital, a câmara de Sintra também já fez e é possível mais câmaras fazerem, estão a preparar-se. -----

Relativamente ao Cartão de Beneficiário, tem um problema, é que é preciso haver os equipamentos de saúde, as pessoas não vão daqui para Lisboa, portanto, o que nós queremos é resolver os problemas dos montijenses, no Montijo, não é arranjar um Cartão de Saúde, e ter que ir para, por exemplo, à CUF. -----

Quanto ao esclarecimento das questões da CDU, diligenciar quer dizer “esforçar-se por”, “empenhar-se por”, procurar com diligência é trabalhar no sentido de, portanto, se os senhores acham que, *“a câmara estabelecer diligências para assegurar..., ou seja, a câmara empenhar-se para assegurar... significa o quê? Significa falar com o governo, com as entidades regionais de saúde, estabelecer essas diligências e depois, se o Partido Socialista que está no governo não responder, então o Partido Socialista que está na autarquia, o que é que devia fazer? Não há resposta nacional, então à semelhança de outros concelhos, que o fazem, nós vamos assegurar esta questão, promovendo atratividade no nosso concelho para fixar profissionais necessários. O que é isto? É diligência, é alguém que quer resolver os problemas e que trabalha proactivamente, não fica de braços cruzados a dizer que isso não é da sua competência. Se outros fazem porque não fazer também?” -----*

O Senhor **Deputado Municipal – Cipriano Pisco** (BE), no uso da palavra, disse: “Só queria sugerir ao PSD que fizesse uma coisa. No próximo orçamento da câmara, proponha o IMI como em Mafra que é 0, 45%, a taxa máxima de IMI, e a diferença do IMI que seja para os centros de saúde, para contratar médicos e enfermeiros.

Ceder  
[Handwritten signatures]



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Se o PSD fizer essa proposta, o restante dos 0,36% para 0,45%, que é a taxa mais alta de IMI em Portugal, dava para o PSD fazer esses trabalhos todos". -----

**DELIBERAÇÃO DA RECOMENDAÇÃO APRESENTADA PELO PSD:** Aprovada com 8 votos a favor (5 do PSD, 2 do CDS-PP e 1 do CH), 18 abstenções (11 do PS, 5 da CDU, 1 da IL e 1 do BE) e 0 votos contra. -----

A Senhora **Deputada Municipal – Fernanda Fernandes (PS)**, no uso da palavra, leu uma **Declaração de Voto**, cujo teor a seguir se transcreve: "O sentido de voto do Grupo Municipal do PS é abstenção, apesar da recomendação ignorara e dispensar a transferência de competências no domínio da saúde, no contexto da Lei nº 50/2018, de 16 de agosto e do Decreto-Lei nº 23/2019, de 30 de janeiro, que estabelece os domínios de intervenção dos municípios e que não integram:

- Competências na área da gestão do pessoal médico e de enfermagem, como referem os pontos 2 e 3 da deliberação; -----
- Não compete à Câmara Municipal, nem a qualquer município, assegurar ou prometer a construção de hospitais públicos, que são matéria do governo central (a não ser que a recomendação se refira a um hospital privado). -----

As competências transferidas para os municípios, na área da saúde, constam no art.º 15º, ponto 1 e são as seguintes, resumidamente: -----

- a) Serviços de limpeza; -----
- b) Atividades de apoio à vigilância e segurança; -----
- c) Arranjos exteriores, incluindo jardinagem; -----
- d) Fornecimento de eletricidade, gás, água e saneamento; -----
- e) Viaturas e respetivos encargos; -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Cedei  
[Handwritten signature]

- f) Encargos com meios de deslocação utilizados para a prestação de cuidados de saúde; -----
- g) Seguros dos estabelecimentos de saúde; -----
- h) Manutenção e conservação de elevadores; -----
- i) Manutenção dos sistemas de aquecimento, ventilação e ar-condicionado; -----
- j) Pagamento de rendas e de outros encargos”. -----

O Senhor **Deputado Municipal – Avelino Antunes (CDU)**, no uso da palavra, fez uma **Declaração de Voto**, com o seguinte teor: “ A nossa posição de voto em relação à recomendação do PSD, de abstenção, deve-se ao facto de não ter sido aceite as nossas propostas de clarificação da construção de um hospital público que sirva as populações de Montijo e Alcochete, e também ao facto, de que a Câmara Municipal deve exigir mas não pode assegurar, porque quando se diz que alguém assegura, está-se a dar-lhe essa responsabilidade, seja em que câmara for, e de facto, o que as câmaras têm que fazer é exigir junto do governo, que haja medidas para o preenchimento desse quadro. Por essas razões não votámos favoravelmente, entendemos que a situação é extremamente delicada, no concelho do Montijo e lamentamos que não tenham sido aceites as nossas propostas e por isso abstivemo-nos”. -----

O Senhor **Deputado Municipal – Carlos Ferreira (CDS-PP)**, no uso da palavra, fez a seguinte **Declaração de Voto**: “Nós votámos a favor da recomendação do PSD e recordo que estes problemas que têm a ver com propostas na área da saúde, numa área onde temos alguma margem de progresso no concelho, e acredito que brevemente, certamente as coisas poderão melhorar, mas recordo que em 2017,



Ceder  
Jh  
H.



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

no programa da coligação pré-eleitoral PSD/CDS, havia um hospital municipal público, como o de Vila do Conde, a implementar no Montijo, precisamente para resolver e evitar o que se passa na saúde ou na falta dela, neste concelho de Montijo, passaram cinco anos e estamos numa situação complicada para quem tem o azar de estar ou ficar doente, principalmente quando tem que ir a caminho do Barreiro. O drama desta cidade e das freguesias, é a falta de médicos e de serviços de urgência, permitam que o atual hospital de Montijo/Barreiro, no Montijo, não seja, era bom que não fosse apenas uma espécie de serviço de ambulâncias, de táxi ou Uber a caminho do Barreiro. Os nossos idosos, principalmente esses precisam e merecem ter aqui no Montijo, serviços médicos, um hospital, que sirva os dois concelhos do Montijo e de Alcochete e é com muito agrado que vejo a CDU reconhecer, com o que acabou de dizer hoje, que a nossa proposta em 2017 era uma boa proposta". -----

O Senhor **Deputado Municipal – André Ribeiro (IL)**, no uso da palavra, disse: “Não queria acabar o período antes da ordem do dia sem antes trazer a público esta preocupação, exposição, que talvez já venha um bocadinho fora do tempo, embora seja sempre tempo para se falar nestes temas e nesse sentido e não tendo tido tempo na anterior assembleia, venho aqui hoje com esta exposição. - Como foi do conhecimento público a ocorrência ao recurso dos serviços jurídicos da TEL MJ com dinheiros dos munícipes, é nesse sentido que eu venho aqui falar um pouco sobre isso ,e para isso tenho a dizer que não estamos interessados em tecer comentários sobre se existe, ou não, substância legal para a promoção dos ditos processos em tribunal, entre a Câmara Municipal e a Vereação do PSD, o que queremos afirmar é a inadequada sequência de eventos que retiram um



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

*Adm.*  
*EB*  
*dfm*

valor monetário substancial aos munícipes, neste caso, sensivelmente, vinte mil euros, para depois, à porta do tribunal, se recuar com um acordo de cavalheiros. teria sido adequado, se era essa a intenção, fazê-lo antes e usar esses vinte mil euros para dotar as escolas de equipamentos ou outras aplicações que trariam mais benefícios aos montijenses e nesse sentido queríamos dar aqui só um exemplo, de onde é que podiam ser aplicados esses vinte mil euros, seria no piso atual do parque infantil da escola do Alto-estaqueiro/Jardia, que se encontra em muito mau estado, conforme me deu conhecimento a mãe de um aluno que lá caiu e ficou gravemente ferida”. -----

O Senhor **Deputado Municipal – Cipriano Pisco (BE)**, no uso da palavra, leu uma **Declaração Política**, com o título, **25 de Abril e 1º de Maio**, cujo teor passo a transcrever: “Este ano comemora-se o 48º Aniversário do 25 de Abril de 1974. A Revolução de Abril trouxe-nos importantes conquistas e direitos fundamentais para uma vida digna e livre. Trouxe-nos a esperança, a liberdade, a democracia, o fim da guerra colonial, o progresso e o fim do regime fascista que tomou conta do nosso país durante quase cinquenta anos. -----

O 25 de Abril foi também um importante e grande passo para a elaboração da Constituição da República Portuguesa e os direitos nela consagrados, como o acesso universal à saúde, ao trabalho, à educação, à cultura, à justiça, à habitação, ao poder local democrático, ao ambiente, entre muitos outros, que garantiram uma considerável melhoria na vida das pessoas. É importante recordar que muitos homens e mulheres dedicaram a sua vida a lutar contra o regime fascista que destruiu direitos, que trouxe pobreza, que perseguiu,

Cedee.  
#6.  
#6.



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

torturou, matou e condenou os jovens portugueses à guerra. O 25 de Abril foi feito e dá a liberdade de expressão até a quem está contra o 25 de Abril. -----

Uma outra data cuja comemoração assume especial importância, é o 1º de Maio. Recordemos que no dia 1 de maio de 1886, centenas de milhares de operários iniciaram uma luta histórica em Chicago, fazendo uma greve geral em que reivindicavam jornadas de oito horas de trabalho, sendo impiedosamente reprimidos pelas entidades patronais e policiais. Os amplos reflexos internacionais dessa luta determinaram a declaração do dia 1 de maio como o dia Internacional do Trabalhador. Desde então, o movimento operário e sindical e a luta dos trabalhadores têm assumido um papel determinante nas conquistas das condições laborais. Em Portugal, o 1º de Maio só voltou a ser comemorado livremente a partir de 1974, com o fim do regime fascista que reprimia a celebração deste dia. -----

Celebrar o 1º de Maio significa, por isso, recordar o significado da luta dos operários de Chicago, de todos os trabalhadores em geral e, especialmente, dos trabalhadores portugueses e das suas organizações representativas. Será também lutar pelo direito ao trabalho e por um trabalho com direitos, por melhores condições de vida das famílias e no apoio a todos aqueles que lutam por esses direitos. -----

Viva o 25 de Abril. -----

Viva o 1º de Maio". -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

*Handwritten signatures in blue ink, including the name 'Adel' and other illegible signatures.*

A Senhora **Deputada Municipal – Fernanda Fernandes (PS)**, no uso da palavra, leu uma **Declaração Política**, intitulada, **Saudação ao 25 de Abril**, com o seguinte teor: “Celebramos 48 anos da data maior da nossa história contemporânea, o 25 de abril de 1974. -----

A data em que, à coragem dos Capitães de Abril, se associou o entusiasmo do povo para colocar fim ao Regime ditatorial que governou Portugal durante quase meio século. -----

O 25 de abril abriu Portugal ao mundo, à europa, ao progresso civilizacional, com reflexos concretos e imediatos no nível de vida das populações. -----

Celebrar o 25 de abril é fazer justiça à memória coletiva do Povo Português. É dizer, de novo e sempre, que defendemos a Liberdade, a República, a Igualdade de Oportunidades, a Justiça Social, o Progresso humanista, o Sistema Nacional de Saúde, a Escola Pública de qualidade. -----

Celebrar o 25 de abril é também recordar e rejeitar o Portugal cinzento, triste e amordaçado, onde o povo estava globalmente privado dos direitos fundamentais, onde a miséria era um modo de vida e a desigualdade era vista como uma fatalidade da natureza. Era o analfabetismo, a exploração laboral, a censura, a proibição do regime multipartidário, a prisão e a PIDE que «tratava» dos que ousavam sonhar. A Guerra Colonial. -----

Na realidade, com esta data que comemoramos, 48 anos, atingimos, em democracia, a longevidade que vivemos em ditadura. Uma democracia que se quer madura e saudável. Cabe aqui a referência à essência da democracia, mas também aos riscos que a ameaçam sempre, e, particularmente nos tempos que correm. Que estão por todo o lado, mesmo ao nosso lado. -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O mais assustador desse perigo é que ele nasce, em grande medida, da própria esfera democrática que é englobadora das diferenças, inclusiva, transportando no seu seio, os seus limites, presente no conflito constante entre a liberdade individual e o interesse coletivo. -----

São ameaças à democracia (entre outras): -----

O défice de participação democrática dos cidadãos; -----

As 'Fakenews' digitais que interferem nos processos eleitorais e judiciais; -----

A confusão e promiscuidade entre o poder político e judicial; -----

Todas as formas de corrupção; -----

As ideologias totalitárias e a normalização da extrema direita no discurso político;

Todas as formas de fundamentalismo; -----

A ameaça e a guerra; -----

Os mísseis que substituem o diálogo e a negociação. -----

O nosso 25 de abril é um dos capítulos fundamentais da Democracia europeia, do estado social que trouxe à europa o maior progresso de sempre e o maior período de paz da sua história. -----

Por tudo isto, hoje que comemoramos 48 anos da Revolução dos Cravos, não os deixemos em casa, amanhã. A Democracia precisa de mais cravos e somos nós que os temos na mão. O que significam os Cravos? (alguém me afirmou, no dia 25 de abril, apontando para o cravo que eu transportava na lapela 'isso, isso é que não significa nada!'). O Cravo é um signo histórico, político e cultural. É uma palavra, é uma expectativa, é um ato, uma posição histórica e ideológica, uma opção. O seu significado é, para a nossa história contemporânea tão claro, tão claro, que usá-lo tem significado e rejeitá-lo também tem significado. -----

Ergamos os Cravos da Revolução. Que colocou Portugal no seu tempo. -----





MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

*C. J. J.*  
*F. J.*  
*J. J.*

Abriu as portas da Liberdade! -----

Tornou possível a Democracia! -----

Viva o 25 de Abril, sempre!" -----

Em seguida, a Senhora **Deputada Municipal – Fernanda Fernandes (PS)**, apresentou uma **Declaração Política**, com o título, **Saudação ao 1º de Maio, dia do Trabalhador**, cujo teor a seguir se transcreve: “1 de maio é o Dia do Trabalhador, data que tem origem na primeira manifestação de 500 mil trabalhadores nas ruas de Chicago, e numa greve geral em todos os Estados Unidos, em 1886. -----

Três anos depois, em 1891, o Congresso Operário Internacional convocou, em França, uma manifestação anual, em homenagem às lutas sindicais de Chicago. Muitos deram a vida nesta luta. -----

Em Portugal, o Estado Novo proibiu a comemoração do Dia do Trabalhador, que só foi recuperada alguns dias depois da Revolução dos Cravos, em maio de 1974, em manifestações e cortejos entusiastas e estrondosos, cuja recordação continua a comover-me. -----

O trabalho é uma dimensão fundamental da vida humana, isto é, uma dimensão ontológica fundamental, pois, por meio dele, o homem cria, livre e conscientemente, a realidade, permitindo-lhe dar o ‘salto’ da mera existência orgânica à sociabilidade. -----

O trabalho funda a sociedade e estabelece uma rede de relações que são de dominação entre as classes, como explicou Marx, analisando as relações de produção do capitalismo, no século XIX, mas que têm que ser, também, de

Cedex  
F. B.  
H. M.



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

liberdade e justiça social, como explicou J. Rawls, na sua obra de 1971, «Uma teoria da Justiça». -----

O primeiro de maio celebra, não só o valor do trabalho, mas a vivência concreta do trabalhador, consciencializando a sua importância como pilar da vida em sociedade. -----

Não há sociedade justa que não respeite o trabalhador e que não centre as suas políticas nos interesses reais dos trabalhadores, pois que constituem a infraestrutura fundamental do sistema produtivo, constituindo-se, de forma efetiva, os sujeitos da produção de riqueza. Num país justo e cujo índice de desenvolvimento humano cresce, é preciso que o Estado assuma o papel de regulador da redistribuição da riqueza. É esta a função de um estado social, onde os trabalhadores são defendidos como pessoas, e não desprezados como ‘coisas’ ou ‘máquinas de produzir’, como defendem as políticas neoliberais. -----

O Partido Socialista respeita o valor do trabalho e do trabalhador, defende o Estado Social como a única formação política capaz de cumprir tal desígnio e considera que a Justiça social é o imperativo ético e político do progresso. Por isso, festejar o 1º de maio faz parte do seu ADN ideológico. -----

Viva o 1º de Maio! Viva o Dia do Trabalhador!” -----

Seguidamente, foi a presente ata aprovada em minuta nos termos e para os efeitos do nº 3 do artigo 57.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, por forma a produzir eficácia imediata. -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal, deu por encerrada a reunião, era 01 horas, do dia trinta de abril de dois mil e vinte e dois. -----

Informou ainda, que a reunião prosseguiria, no dia dois de maio de dois mil e vinte e dois, iniciando-se a mesma, no Período da Ordem do Dia. -----

E eu, *monília Antónia tomás fontes*, Assistente Técnica, da Assembleia Municipal, fiz lavrar a presente ata que subscrevo, juntamente com a constituição da mesa. -----

----- A Presidente da Assembleia -----

----- O 1º Secretário -----

----- A 2ª Secretária -----

